

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E
URBANISMO



**URBANISMO
CONTEMPORÂNEO: UMA
ALTERNATIVA PARA O
BAIRRO INÁCIO BARBOSA?**

CAMILA FARO ALVES
2018.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CAMPUS DE LARANJEIRAS

URBANISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ALTERNATIVA PARA O BAIRRO INÁCIO BARBOSA?

Aluna: Camila Faro Alves

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Sergipe como requisito para
obtenção de grau de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio
Santos de Souza

LARANJEIRAS - SE
2018

CAMILA FARO ALVES

**URBANISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ALTERNATIVA
PARA O BAIRRO INÁCIO BARBOSA?**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Souza Martins Farias
Universidade Federal de Sergipe

Arquiteto e Urbanista
Convidado Externo

Laranjeiras – SE
2018

RESUMO

O presente trabalho visa uma reflexão sobre a forma vigente de produção do espaço urbano das cidades contemporâneas e analisa as novas perspectivas do urbanismo na contemporaneidade: Novo Urbanismo, Cidade Para Pessoas e Urbanismo Tático frente as recentes manifestações urbanas no Bairro Inácio Barbosa, Aracaju/SE, considerado um novo polo de lazer emergente na cidade e, as manifestações culturais carnavalescas de grande porte que aconteceram no ano de 2017 e 2018. Dessa forma, verifica-se o potencial urbanístico do bairro Inácio Barbosa, tendo como referência as novas perspectivas do urbanismo na contemporaneidade.

Palavras-chaves: Urbanismo Contemporâneo, Novo Urbanismo, Urbanismo Tático, Aracaju, Inácio Barbosa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Urbanização setorizada a direita e modelo com base nos princípios do Novo Urbanismo à direita.	23
Figura 2 – Dimensão Humana, negligenciada e progressivamente eliminada.	31
Figura 3 – Figura número 1 Dubai com grande escala e a número 2 Veneza com escala humana ...	32
Figura 4 – Delimitação dos limites do Bairro Inácio Barbosa	46
Figura 5 – Ponte de conexão entre Inácio Barbosa e o Conjunto Augusto Franco	46
Figura 6 – Ponte Gilbert Villa-Nova de Carvalho	47
Figura 7 – Delimitação da AIU do Bairro Inácio Barbosa	48
Figura 8 – Predominância de casas unifamiliares	53
Figura 9 – Tipologias residencial da área de estudo	54
Figura 10 – Parque Linear Otávio de Melo Dantas localizado às margens do rio Poxim.	54
Figura 11 – Rio Poxim.	55
Figura 12 – Área verde são mantidas pela população local.	55
Figura 13 – Moradores fazem uso da rua como local de interação social.	56
Figura 14 – Parque sendo utilizado por famílias aos domingos.	57
Figura 15 – Parque sendo utilizado por famílias aos domingos.	57
Figura 16 – Bar e Restaurante Cajueiros localizado no parque linear Otávio de Melo Dantas	58
Figura 17 – Calçadas estreitas e em má situação para uso	59
Figura 18 – Universidade do Saber	59
Figura 19 – Escola Estadual Monteiro Lobato	60
Figura 20 – Boteco do Farreiro.....	62
Figura 21 – Hamburgueria Tarja Preta	62
Figura 22 – Bar e Restaurante Jobim.....	63
Figura 23 – Bar e Restaurante Beach Stop.....	63
Figura 24 – Pizzaria Manjerição	64
Figura 25 – Bar e Restaurante Seo Inácio	64
Figura 26 – Casa de Show 705	65
Figura 27 – Bar Moscow.....	65
Figura 28 – Cervejaria Uçá.....	66
Figura 29 – Carnaval no Bairro Inácio Barbosa,2018.	66
Figura 30 – Carnaval no Bairro Inácio Barbosa,2018.	67
Figura 31 – Carnaval no Bairro Inácio Barbosa, Bloco + Tretas – Tretas.....	67

SUMÁRIO

RESUMO	4
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CRISE URBANA	11
2.1 DIREITO À CIDADE.....	14
2.2 CRÍTICA AO MOVIMENTO MODERNISTA	16
3. PERSPECTIVAS DO URBANISMO NA CONTEMPORANEIDADE	21
3.1 CONGRESSO DO NOVO URBANISMO (CNU)	22
3.1.1 OS 27 PRINCÍPIOS DA CARTA DO NOVO URBANISMO	25
3.2 CIDADE PARA PESSOAS.....	29
3.3 URBANISMO TÁTICO	34
3.3.1 FINALMENTE, O QUE É URBANISMO TÁTICO?	37
3.4 URBANISMO TÁTICO X URBANISMO NEOLIBERAL	39
3.4.1 AUTOPRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: INTERVENÇÕES DE RESISTENCIA E ATIVISMO SOCIAL OU REAFIRMAÇÃO DAS IDEIAS NEOLIBERAIS?.....	39
4. BAIRRO INÁCIO BARBOSA	44
4.1 HISTÓRICO DO BAIRRO INÁCIO BARBOSA.....	44
4.2 GEOGRAFIA URBANA E CARACTERÍSTICA DA POPULAÇÃO	47
4.3 MARCO LEGAL PDDU	48
4.4 PRIMEIRO OLHAR SOBRE O BAIRRO	52
4.5 MANIFESTAÇÃO NOTURNA E CARNAVAL	61
4.6 PERCEPÇÕES.....	68
4.6 ANÁLISE QUANTO AO ATUAL PLANEJAMENTO NO BAIRRO	72
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79



INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo à cerca da vida urbana contemporânea, do esgotamento do desenho urbano modernista, o urbanismo na atualidade e as suas principais perspectivas. Dessa forma, o Novo Urbanismo, Cidade para Pessoas e Urbanismo Tático são analisados como uma possibilidade de se alcançar uma cidade mais equilibrada e justa. Seriam essas novas vertentes do urbanismo contemporâneo uma alternativa para o planejamento e para a gestão urbana? Qual a contribuição para a consolidação do Direito à Cidade, em um momento de crise urbana?

Para desenvolvimento dessas reflexões, foi utilizado como estudo de caso o Bairro Inácio Barbosa, em Aracaju/SE. Trata-se de um bairro residencial com acentuadas características bucólicas que vem atraindo um número expressivo de bares, casas de shows e restaurantes, sendo considerado um novo polo de lazer emergente na cidade. Frente a essa nova configuração do uso e ocupação do solo, a Prefeitura Municipal da Cidade de Aracaju propôs para o PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) de 2015 e novamente em 2018, transformar a área em uma A.I.U – Área de Interesse Urbanístico. Além disso, nos últimos anos, 2017 e 2018, o bairro sediou o maior carnaval de rua da cidade de Aracaju.

Consequentemente, diante das novas manifestações que veem ocorrendo no Inácio Barbosa, torna-se pertinente analisar e avaliar, a partir das novas perspectivas do urbanismo contemporâneo, a inserção do carnaval de grande porte e a chegada do novo uso relacionado ao lazer e entretenimento em um bairro com característica predominantemente residencial e com uma significativa área verde.

Esse trabalho tem como **objetivo geral** analisar as novas perspectivas do urbanismo na contemporaneidade tendo como referência o Bairro Inácio Barbosa, em Aracaju/SE. São **objetivos específicos**: avaliar o alcance do urbanismo contemporâneo tendo como marco o direito à cidade, analisar e classificar as intervenções urbanas recentes no bairro Inácio Barbosa na direção do urbanismo contemporâneo e por último verificar o potencial urbanístico do bairro Inácio Barbosa, tendo como referência as novas perspectivas do urbanismo na contemporaneidade.

A **metodologia** utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi dividida em três partes. A primeira diz respeito à pesquisa bibliográfica sobre o tema. Em seguida, levantamento da geografia urbana e características da população e, informações referentes ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Numa terceira etapa, por meio de entrevistas, foram coletadas as percepções da população residente, população não residente, agente técnico da prefeitura e, donos dos estabelecimentos comerciais. Por fim, foi elaborada uma avaliação teórica com base nas pesquisas bibliográficas sobre o urbanismo contemporâneo como uma alternativa para o planejamento de gestão urbana em área específica do Bairro Inácio Barbosa.

Este trabalho está dividido em 5 capítulos. O primeiro aborda a atual crise urbana, o esgotamento do movimento modernista e o retorno à cidade. O segundo apresenta as principais perspectivas do urbanismo na contemporaneidade, são eles o Novo Urbanismo, Cidade Para Pessoas e Urbanismo Tático. O terceiro expõe a análise do Bairro Inácio Barbosa e do atual planejamento quanto as perspectivas do novo urbanismo e, o quarto e último capítulo refere-se a conclusão do presente trabalho.



CRISE URBANA
DIREITO À CIDADE
CRÍTICA AO URBANISMO MODERNISTA

CAPÍTULO 2

2. CRISE URBANA

A crise urbana em curso tem se revelado de forma expressiva pela ampliação da exclusão e segregação socioespacial, acompanhada pela ampliação da restrição ao direito à cidade, colocando em xeque o planejamento e os padrões urbanos modernistas baseados na indústria e no consumo de massa em todo mundo. Segundo Maricato (2012) a história do planejamento urbano no Brasil tem sua base no modelo modernista e na função de instrumento para a dominação ideológica na medida em que favoreceu a ocultação da cidade real e a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. Dessa forma, mesmo o país dispondo de um amplo aparato normativo urbanístico, aceitava com flexibilidade a cidade ilegal.

Vivemos atualmente em um estado de extrema opressão onde a “alta sociedade” se isola dos pobres, as ruas são esvaziadas, espaços públicos perdem sua função social e, a cidade contemporânea é planejada de forma estratégica para organizar tal segregação. Maricato (2015), afirma “a cidade é mercadoria”, o Brasil é um país capitalista em que a generalização da mercadoria toma conta das relações sociais. A atual condição urbana, dentro de um contexto nacional, é marcada por uma profunda exclusão social, em uma sociedade que é historicamente e tradicionalmente desigual.

O processo de urbanização brasileiro deu-se, praticamente, no século XX. No entanto, o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei. (MARICATO, 2003, p.151)

Como afirma Maricato (2003) as leis são aplicadas para manutenção de poder concentrado e privilégios nas cidades, refletindo e, ao mesmo tempo promovendo a desigualdade social no território urbano.

A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos...

Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos (Santos, 1986, p. 2 apud MARICATO, 2003, p.152)

No final do século XX, pela primeira vez na história do país, registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam uma situação inédita. A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. (MARICATO, 2003, p.152)

Como afirma Harvey (2014) relacionar o capitalismo à urbanização é fundamental para compreender a lógica da produção do espaço. Capitalismo e urbanização se retroalimentam em um processo onde o primeiro está sempre em expansão produzindo e concentrando geográfica e socialmente seus excedentes na cidade. Assim, a urbanização é um fenômeno de classe, onde uns extraem e acumulam a produção feita por outros.

Numa perspectiva sobre a escrita de Henri Lefebvre, em *Le droit à la ville*, o direito à cidade é ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa como uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada e mais significativa. (HARVEY, 2014, p. 11)

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, tomado por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas." (HARVEY, 2014, p. 20)

Ermínia Maricato (2015) define a condição urbana brasileira como uma somatória de características que demarcam radicalmente o contraste existente entre a evolução progressista da moderna sociedade urbana brasileira, pela melhora de alguns indicadores sociais, e o retrocesso dos indicadores urbanísticos.

A atual crise urbana é marcada por um planejamento, ainda aliado e prioritário aos interesses capitalistas da especulação imobiliária. As novas

perspectivas do urbanismo contemporâneo, propões uma cidade democrática e “para as pessoas” seriam elas formas de se contrapor ao atual cenário urbano, no sentido que nos permite vislumbrar alternativas democráticas e igualitárias ou apenas uma utopia que continua a nos levar a um urbanismo neoliberal? Entende-se por urbanismo neoliberal como a produção do espaço, planejada para atender o Estado a seus interesses subjugados ao capitalismo.

Recentemente, o urbanismo tem ganhado um discurso que propõe direcionar o planejamento da cidade para uma escala humana. Abordagens como The New Urbanism, Cidade Para as Pessoas de Jan Gehl, iniciativas de intervenções temporárias como o Urbanismo Tático, Urbanismo Sustentável, Urbanismo Criativo, Urbanismo de Resistência, têm trazido uma esperança quanto as injustiças sociais. Seriam essas novas vertentes do urbanismo contemporâneo capaz de combater a artificialidade da atual vida urbana e capazes de combater a injustiça e a subordinação da vida ao capital?

Essas abordagens para a construção de um novo urbanismo abrem espaço para novos questionamentos e buscam por alternativas, em que qualquer mudança, por menor que seja é representativa, em face das contradições sociais que envolvem e restringem o acesso e o direito à cidade.

2.1 Direito à Cidade

Frente ao atual contexto das cidades contemporâneas surge a necessidade do debate sobre o “direito à cidade” como forma de crítica às ações do Estado na reprodução da lógica do capital e urbanização neoliberal que fundamentam a crise urbana.

A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da "cidade oficial". Ela não cabe nas categorias do planejamento modernista/funcionalista pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas. Ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário formal/legal, que corresponde ao urbanismo modernista. Ela não cabe ainda, de modo rigoroso, nos procedimentos dos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (serviço público de emissão de alvarás e de construções), frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência. (MARICATO, 2000, p.122)

A produção do espaço da cidade neoliberal não é concebida como lugar de exercício da cidadania, mas sim, de acordo com a gestão capitalista, no sentido de que sua prioridade é ser atrativa para investimentos, onde o capital possa se instalar e multiplicar. Dessa forma o planejamento neoliberal e o Estado, priorizam a cidade como objeto de negócios e, como afirma Harvey (2016) falham sistematicamente na entrega dos bens públicos básicos à população urbana.

O direito à cidade envolve uma conceituação complexa e difusa, nesse sentido, o direito à cidade será abordado como o direito a iguais oportunidades de acesso para todos: direito à moradia, serviços públicos, saneamento educação, transporte, direitos recusados a parcelas significativas da cidade.

Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, elaborou o conceito “direito à cidade” e defendia que a população tem direito a viver e ter acesso ao espaço urbano, esse termo foi defendido em seu livro intitulado com o mesmo nome: “Le droit à la ville” (1968).

Marcuse (2012) afirma que o “direito à cidade” é um termo imediatamente compreensível, intuitivamente convincente e, uma formulação teoricamente

complexa e provocativa. Segundo Marcuse, as melhores definições, dadas por Lefebvre, sobre o direito da cidade são:

O direito à cidade é como um grito e uma demanda. Este direito vagueia lentamente pelos desvios surpreendentes de nostalgia e turismo, o retorno ao coração da cidade tradicional, e a chamada de centralidades existentes ou centralidades recentemente desenvolvidas (Lefebvre, 1967, p. 158 apud Marcuse, 2012).

A produção do espaço é um processo “triatlético” em que concepções, percepções e experiências vividas no espaço interagem (Lefebvre, 1991, p.20). O direito à cidade, então, segundo Lefebvre, deve permitir que todos os cidadãos participem do uso e da produção de todo o espaço urbano. Controle sobre a produção do espaço da cidade significa controle sobre as relações sociais e espaciais urbanas, assim o valor social do espaço urbano pesa igualmente.

Assim, as iniciativas que se propõem organizar espaços revelam-se como maneiras de garantir o direito à cidade na medida em que permitem que diversos atores sociais reinventem usos e lugares. A liberdade de fazer e refazer as cidades é “um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (HARVEY, 2014, p.28).

“O direito à cidade não é um presente” (HARVEY, 2013), não pode ser concebido baseado em uma ordenação de direitos restritos a parcerias público-privadas e do empreendedorismo imobiliário. O direito à cidade deve ser coletivo, através de acesso a oportunidades igualitárias a todos os cidadãos, não é apenas o direito de morar dentro da cidade, mas sim de poder usufruir de todos equipamentos, serviços e cultura urbana que a cidade possui.

As novas perspectivas do urbanismo contemporâneo trazem uma reivindicação ao direito à cidade, no que diz respeito a busca por uma cidade igualitária e participativa através da reivindicação por um planejamento urbano humano e justo como uma alternativa a atual produção neoliberalismo do espaço.

2.2 Crítica ao Movimento Modernista

Jane Jacobs (2011), em *Morte e Vida das Grandes Cidades*, apresenta o seu livro como "um ataque aos fundamentos do planejamento e reurbanização ora vigentes". A crítica de Jane Jacobs abrange um conjunto de modelos urbanos: a Cidade Jardim de Ebenezer Howard, as propostas de planejamento regional de Lewis Mumford e, sua principal crítica, o Urbanismo Moderno "planejamento da anti cidade" de Le Corbusier cunhado pelas ideias de setorizações, fronteiras formais, monotonia e segregação.

Jacobs chamava a atenção para o fato de os projetos urbanos serem feitos exclusivamente por profissionais da arquitetura, sem nenhum tipo de envolvimento ou interesse das reais necessidades da população. Sem uma compreensão do comportamento e das percepções do homem, o planejamento é, nessa perspectiva, um mero exercício acadêmico fadado a falhar, pois, esquece o principal consumidor da cidade, o homem. As cidades deveriam ser construídas e inspiradas pela vida e experiências cotidianas, adaptando-se e reconstruindo-se sempre de acordo com realidade.

Jane Jacobs, presenciou de perto o boom imobiliário e o urbanismo moderno que se instalou em Nova York, Estados Unidos. A cidade passava por uma grande reforma idealizada pelo urbanista norte americano Robert Moses. Essa reforma mudou a escala de pensamentos sobre os processos urbanos através do sistema de autoestradas e transformações infra estruturais, pela suburbanização e pela total reformulação não apenas da cidade, mas de toda a região metropolitana. (HARVEY, 2012, p.37)

Harvey (2012) afirma que a suburbanização desempenhou um papel crucial para absorver o excedente pós-guerra. Para tanto, porém, pagou-se o preço de esvaziar o centro das cidades e privá-las de uma base econômica sustentável, gerando a chamada "crise urbana" da década de 1960, definida por revoltas de minorias nos guetos no centro das cidades, minoria a quem o acesso a prosperidade era negado.

Ainda hoje, as cidades não se livraram totalmente do fantasma da renovação urbana e de sua metodologia "arrasa quarteirão" do urbanismo moderno. Por um lado, como afirma Vicente Del Rio (1991, p.11), porque a força do capital por

vezes impõe soluções deste tipo para uma melhor valorização do espaço urbano, seja para obtenção de maiores densidades, seja para expulsão de população residente ou para livrar-se de "deseconomias" de mercado. As cidades mostravam, na verdade, as consequências sócio-políticas que estavam acumulando-se desde a Revolução Industrial e seu reflexo nas condições de moradia e trabalho.

Os paradigmas do movimento moderno surgiram como resposta dos arquitetos a esta situação, entendida como insustentável. Era necessário colocar toda a técnica e o progresso industrial na perseguição de melhores condições de vida e moradia, numa visão futurista ingênua e otimista. (BLAKE 1974 apud Del Rio, 1991, p. 12)

É a coisa mais fácil do mundo pegar algumas formas, dar-lhes uma uniformidade rígida e tentar impor o resultado em nome da ordem. No entanto, a uniformidade rígida, trivial, e os sistemas significativos de ordem funcional raramente são compatíveis com a realidade (JACOBS, 2010, p.419).

"The Death and Life of Great American Cities", traduzido para sua edição em português como Morte e Vida das Grandes Cidades, uma vez que até os dias atuais a ideologia e pensamentos sobre o problema das cidades continua sendo pertinente e observada em todo o mundo. As grandes cidades, na sua grande maioria, ainda são afetadas negativamente pelos planos e projetos urbanísticos modernistas. Como afirma Del Rio (2011), seus argumentos mostravam que a tecnocracia e a ingenuidade teórica dos planejadores ignoravam importantes características urbanas como a vida comunitária, as vantagens das altas densidades e da diversidade.

As cidades, segundo Jacobs (2011) constituíam problemas de "complexidades organizadas" e que "os teóricos do planejamento moderno convencional confundiram consistentemente as cidades como problemas de simplicidade e complexidade desorganizada, tentando analisá-las e tratá-las como tal" e reduzindo seu pensamento a sistemas de duas variáveis (como população/áreas livres) (JACOBS 1974, p. 448 apud DEL RIO, 2011). A autora também afirma que a remoção das habitações em condições precárias era falha por tentar resolver uma patologia escondendo os sintomas.

A pseudo-ciência do planejamento urbano e sua companheira, a arte do design, ainda não romperam o conforto superficial de desejos, superstições familiares, simplificações e símbolos, e não iniciaram a aventura de provar o mundo real. (JACOBS, 1974, p.23)

A abordagem de Jacobs (2011) baseia-se na percepção das relações sociais na vida cotidiana não só dentro, mas também na sua interação com o meio, dessa forma, propõe a observação das manifestações das cidades como ferramenta para compreender e propor soluções para os problemas da vitalidade urbana.

Ao apresentar princípios diferentes, escreverei principalmente sobre coisas comuns e cotidianas, como, por exemplo, que tipo de ruas são seguras e quais não são; por que certos parques são maravilhosos e outros são armadilhas que levam ao vício e à morte; por que certos cortiços continuam sendo cortiços e outros se recuperam mesmo diante de empecilhos financeiros e governamentais; o que faz o centro urbano deslocar-se; o que é - se é que existe - um bairro, e que função - se é que há alguma - desempenham os bairros nas grandes cidades. Resumindo, escreverei sobre o funcionamento das cidades na prática, porque essa é a única maneira de saber que princípios de planejamento e que iniciativas de reurbanização conseguem promover a vitalidade socioeconômica nas cidades e quais práticas e princípios a inviabilizam. (JACOBS, 2011, p.14).

Como afirma Del Rio (1991) o urbanismo demorou a dar-se conta disto, como aliás todas as ciências sociais, e durante muito tempo as decisões que se tomavam a respeito de nossas cidades e meio ambiente se baseavam exclusivamente naquilo que acreditávamos ser a realidade "objetiva". Isto era tipicamente o caso das metodologias de planejamento e organização do território, urbano ou regional, em que os levantamentos, as análises e os diagnósticos eram conduzidos tecnocraticamente, sob a ótica da objetividade e do cientificismo. A falência destas posturas foi sucedida pela emergência de uma maior consciência política e social nos processos de planejamento e gestão urbana e regional.

O planejamento e o desenho urbano modernista podem ser considerados como formadores de uma cidade sem inequidade, espaços monumentais, padronizados, a separação dos usos por zoneamentos ignorava a interação entre eles o que garantia a falta de vitalidade oferecendo espaços homogêneos e monótonos.



PERSPECTIVAS DO URBANISMO NA
CONTEMPORANEIDADE

CAPÍTULO 3

3. PERSPECTIVAS DO URBANISMO NA CONTEMPORANEIDADE

A atual crise urbana surge a partir do esgotamento do urbanismo modernista, racional e funcionalista, comandado pela iniciativa estatal, e o surgimento do urbanismo empresarial. Entre 2014 e 2015, agravada com a crise financeira de 2008, a crise urbana fez explodir novas formas de urbanismos. Evidenciou-se, nesse momento, a exaustão do pensamento e das experiências urbanísticas praticadas até então, exigindo novas respostas às demandas urbanas emergentes. (SOUZA, OLIVEIRA, SANTOS, 2018, p.2)

Nas últimas décadas houve mudanças radicais nas políticas de planejamento urbano. O neoliberalismo impactou profundamente as relações entre capital, Estado e sociedade, modificando o papel da cidade nos processos de acumulação e mercado imobiliário causando o aprofundamento da desigualdade social.

A governança substituiu o governo, os direitos e liberdades têm prioridades sobre a democracia, a lei e parceiras público-privadas sem transparência substituíram as instituições democráticas, a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedade sociais. (HARVEY, 2013, p. 32).

A financeirização da vida urbana, comandada pelo mercado, exclui a população que não possui recursos financeiros para ter acessos aos bens indispensáveis a vida. A cidade modernista funcionalista e rigidamente territorializada, palco dos negócios urbanos, deu lugar a cidade flexibilizada tomada como o próprio negócio. (SOUZA, OLIVEIRA, SANTOS, 2018, p.5)

Dentro desse contexto surgem as atuais perspectivas do urbanismo contemporâneo, propostas que negam o urbanismo funcionalista modernista e, buscam alternativas para o atual urbanismo neoliberal em busca de uma sociedade socialmente justa. Nesse capítulo serão abordadas as principais perspectivas do urbanismo na contemporaneidade tendo como foco o Congresso do Novo Urbanismo, Cidade para Pessoas, Urbanismo Tático e Cidade do Espetáculo.

3.1 Congresso do Novo Urbanismo (CNU)

O Congresso do Novo Urbanismo é uma organização internacional, colaborativa e multidisciplinar, criada para desenvolver uma nova abordagem no desenho e planejamento das cidades. O CNU promove o conceito de bairros de uso misto, comunidades sustentáveis e melhores condições de vida urbana. Anualmente o congresso reúne arquitetos, construtores, lideranças políticas, planejadores, funcionários públicos, organizações sem fins lucrativos, acadêmicos, pesquisadores, ambientalistas e cidadãos dedicados conter a expansão urbana e restaurar os bairros da cidade.

A partir da inserção dos automóveis e da setorização dos usos, as cidades passaram a crescer acompanhando as vias de trânsito. Ou seja, tudo começou a se distanciar, inclusive as pessoas da própria vizinhança, uma vez que passou a ser necessário passar mais tempo se deslocando do local de trabalho e sua residência. Em resumo, a ideia é a construção de bairro autossuficiente, com habitações e trabalhos integrados, áreas verdes, ruas caminháveis e autônomos quanto ao comércio e serviços locais, para que dessa forma possa suprir as carências dos moradores e consequentemente diminuir a necessidade de locomoção até os centros comerciais da cidade.

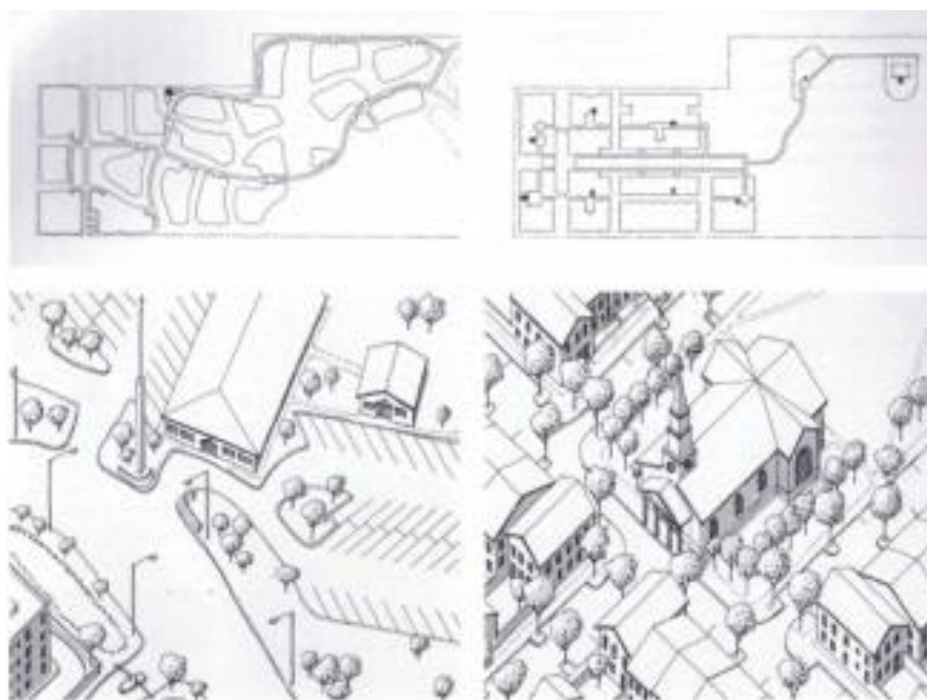
Iniciado pelos arquitetos, Peter Calthorpe, Andres Duany, Elizabeth Moule, Elizabeth Plater-Zyberk, Stefanos Polyzoides e Daniel Salomon. O Congresso do Novo Urbanismo surge a partir de três ideias relacionadas ao desenho urbano: preenchimento urbano com ruas e blocos permeáveis, o desenvolvimento do bairro tradicional e trânsito orientado, todas contrárias às práticas “anti-urbanas” que predominaram na segunda metade do século XX. Dessa forma, o movimento do Novo Urbanismo procura evitar a expansão urbana desenfreada para que dessa forma possa preservar a mobilidade urbana, o meio ambiente e o senso de comunidade local.

Como afirma Macedo (2007), em outubro de 1993 foi realizado o I Congresso do Novo Urbanismo (I CNU), com a participação de aproximadamente 170 profissionais de diversos campos de atuação e foi realizado na cidade de Alexandria, estado da Virgínia, nos Estados Unidos. Em 1996, na quarta conferência anual do congresso, foi ratificada a “Carta do Novo Urbanismo”, documento base do

Congresso do Novo Urbanismo, no seu preâmbulo, a Carta do Novo Urbanismo (1996), traz um resumo dos principais objetivos: “O Congresso para o Novo Urbanismo vê o desinvestimento nos centros urbanos, a proliferação de expansões urbanas sem sentido, o aumento da segregação por raça ou nível de rendimento, a degradação ambiental, a perda de solos agrícolas e espaços naturais e a erosão do património edificado como um único desafio para o futuro das comunidades.”

Macedo (2007, p.11) afirma que a Carta estabelece princípios associados à formação do espaço regional, da cidade e do bairro, com a intenção de organizar sistemas regionais articulando áreas urbanizadas centrais com as menores em setores bem delimitados do território, evitando a ocupação dispersa. Dessa forma, visa valorizar a acessibilidade por transportes coletivos, favorecer a superposição de uso do solo como forma de reduzir percursos e criar comunidades compactas, estimular o processo de participação comunitária, e retomar os tipos do urbanismo tradicional relativos ao arranjo das quadras e da arquitetura. Na imagem abaixo é possível observar a esquerda uma comunidade de forma dispersa e a direita a proposta conforme os princípios do novo urbanismo.

Figura 1 – Urbanização setorizada a direita e modelo com base nos princípios do Novo Urbanismo à direita.



Fonte: P. Katz, The New Urbanism, 1994 apud Macedo, 2017.

O Novo Urbanismo chama atenção para a restauração das políticas públicas e o desenvolvimento de bairros com diversidades de usos e de população, equilíbrio necessário entre as construções para que dessa forma possa atender as necessidades da população, preservação do ambiente natural, trânsito voltado para as pessoas, preservação do patrimônio histórico e a participação da comunidade na gestão dos espaços dos bairros.

Segundo o CNU, os princípios articulados na Carta do Novo Urbanismo (1996), foram desenvolvidos para oferecer alternativas aos padrões dispersos, de uso único e baixa densidade típicos do desenvolvimento Pós-Segunda Guerra Mundial, que demonstraram causar impactos econômicos, de saúde e ambientais negativos nas comunidades. Afirma ainda que os princípios da Novo Urbanismo podem ser aplicados não só em novos desenvolvimentos e planejamentos, como também na preservação e revitalização urbana em toda gama de lugares, seja em regiões residenciais, em áreas em expansão, centros urbanos ou até mesmo em cidades inteiras.

As praças, calçadas, ruas e espaços públicos no geral são palco da interação diária e da vida pública. Dessa forma, a prioridade dos princípios da CNU, é que esses espaços urbanos sejam projetados para pessoas. De modo prático e objetivo, o novo urbanismo foca na forma. Usando o desenho de uma praça como exemplo, é a partir do design, do tamanho e em como a praça se insere no espaço que determina se essa vai ser ocupada ou não pela população. O mesmo ocorre com a organização de edifícios em um bairro, essa definirá qual será caráter da região. Como afirma Lucchese (2008), o novo urbanismo é principalmente um manual de formas históricas de projeto urbano. Ele mistura o conceito de cidade-jardim, as lições de Camillo Sitte e alguns elementos do “City Beautiful”. Contudo, ele vai mais longe do que isso, conseguindo obter uma mistura de usos, uma mistura de classes sociais, uma grande densidade construtiva e variedade arquitetônica dentro das principais regras do planejamento urbano.

Congresso do Novo Urbanismo afirma que “Combinar elementos de design apropriados cria lugares maiores que a soma de suas partes”. Dessa maneira, acredita que a cidade funciona como um organismo, tudo está fortemente

interligado, todas as disciplinas relacionadas ao ambiente construído trabalham juntas para formação dos espaços.

3.1.1 Os 27 Princípios da Carta do Novo Urbanismo

A partir dos atuais problemas dentro da morfologia e desenvolvimento urbano das cidades contemporâneas (citados no item 3), a Carta do Novo Urbanismo, tem o objetivo de atuar concomitante com as entidades públicas e os empreendedores privados com a intensão de trazer soluções para os problemas da crise urbana mundial.

A Carta é estruturada por princípios que se referem às questões que vão desde o planejamento regional até o desenho de comunidades locais dando atenção para o equilíbrio entre as construções para, dessa forma, atender as necessidades entre o humanas e o ambiente, evidenciando a preservação do patrimônio histórico, e a participação da comunidade como fator de extrema relevância na gestão dos bairros.

A baixo estão listados os 27 princípios da Carta do Novo Urbanismo

A Região: Metrópole, Cidade Grande e Média, Cidade Pequena.

Princípio 1: A região metropolitana é uma unidade econômica fundamental no mundo contemporâneo. Cooperação do governo, política pública, planejamento físico, e estratégias econômicas devem refletir essa nova realidade.

Princípio 2: Regiões metropolitanas são lugares finitos, limitados por divisas geográficas derivadas da topografia, nascentes, faixas costeiras, fazendas, parques regionais e bacias de rios. A metrópole é feita de múltiplos centros, que são as cidades grandes, as pequenas e as vilas, com seu centro bem identificado e seus limites.

Princípio 3: A metrópole tem uma necessária e frágil relação com a área rural e a paisagem natural. A relação é ambiental, econômica e cultural. As terras agrícolas e a natureza estão para a metrópole assim como o jardim está para a casa.

Princípio 4: Os padrões de desenvolvimento não devem tornar imprecisos os limites da região metropolitana. O desenvolvimento localizado dentro de áreas existentes conserva os recursos ambientais, investimentos econômicos e a trama social, na medida em que façam uso de áreas marginais ou abandonadas. As regiões metropolitanas poderão estabelecer estratégias para encorajar esse tipo de desenvolvimento nas expansões periféricas.

Princípio 5: Quando apropriado, a ocupação nova contígua aos limites urbanos poderá ser organizada como vizinhanças e bairros, e ficar integrada com o tecido urbano existente. O crescimento não contíguo poderá ser organizado com base em pequenas cidades e vilas com seu próprio perímetro urbano, e ser planejado para ter equilíbrio entre residências e empregos, e não ser apenas um subúrbio de dormir.

Princípio 6: O desenvolvimento e redesenvolvimento das pequenas e grandes cidades deve respeitar o legado histórico, precedentes e limites da urbanização.

Princípio 7: As cidades grandes e as médias devem apresentar uma larga oferta de serviços públicos e privados como apoio à economia regional, que beneficie pessoas de todas as faixas de renda. Habitação de interesse social deve ser distribuída na região para mesclar-se às oportunidades de emprego, evitando a concentração da pobreza.

Princípio 8: A organização física da região deve basear-se na infraestrutura de alternativas para o sistema de transportes. Transportes coletivos, pedestres e bicicletas poderiam melhorar o acesso e a mobilidade na região, com a redução da dependência do automóvel.

Princípio 9: Impostos e demais recursos podem ser divididos mais equitativamente entre os governos locais para evitar uma competição negativa no lançamento de impostos e promover a coordenação racional do sistema de transportes, da recreação, dos serviços públicos, da habitação e das instituições comunitárias.

Bairro, Setor e Corredor

Princípio 10: O bairro, o setor urbano e o corredor são os elementos essenciais para o desenvolvimento ou o redesenvolvimento da metrópole. Eles formam áreas identificadas que encorajam as pessoas a ter responsabilidade sobre sua manutenção e sua transformação.

Princípio 11: Os bairros devem ser compactos, acolhedores, para as pessoas simplesmente estarem ou caminharem, e devem ter uso do solo do tipo misto. Os setores em geral dão ênfase a um tipo de uso principal, mas devem seguir os princípios de projeto dos bairros, sempre que possível. Os corredores são os conectores regionais dos bairros e dos setores; e eles variam desde os chamados “boulevards” e linhas férreas até os cursos de água e estradas-parque.

Princípio 12: Muitas atividades do cotidiano podem acontecer a uma distância possível de se percorrer a pé, possibilitando independência àqueles que não dirigem veículos, especialmente o idoso e o jovem. Uma rede interligada de vias pode ser projetada para encorajar o caminhar, reduzir o número e a distância das viagens de automóvel, e conservar energia.

Princípio 13: Nos bairros, uma grande variedade de tipos de moradia e preços pode facilitar a interação no dia-a-dia de pessoas de diversas idades, raças e níveis de renda, reforçando os vínculos pessoais e cívicos, essenciais para o crescimento de uma autêntica comunidade.

Princípio 14: Corredores de trânsito, quando bem planejados e coordenados, ajudam a organizar a estrutura metropolitana e revitalizam os centros urbanos. Por sua vez, os corredores das vias expressas não devem desalojar os investimentos dos centros existentes.

Princípio 15: Densidades adequadas de edificações e do uso do solo podem estar a uma distância possível de ser percorrida a pé desde os pontos de parada do sistema de transportes, permitindo que o transporte público seja uma alternativa para o uso do automóvel.

Princípio 16: A concentração de atividades de interesse público, institucionais e comerciais deve ocorrer nos bairros e nos distritos, e não em um conjunto específico isolado e monofuncional. As escolas devem ser dimensionadas e implantadas de modo que as crianças possam chegar a elas a pé ou de bicicleta.

Princípio 17: A vitalidade econômica e a evolução harmoniosa de um bairro, distrito ou corredor pode ser melhorada por meio de esquemas gráficos de desenho urbano que definam diretrizes para as transformações.

Princípio 18: Uma diversidade de parques, desde as áreas para crianças e os pequenos espaços verdes das vilas residenciais até os campos de jogos e os jardins comunitários, pode ser distribuída nos bairros. Áreas de preservação e áreas abertas podem ser usadas para definir e conectar diferentes bairros e distritos.

Quadra, Rua e Edifício

Princípio 19: A primeira tarefa de toda arquitetura urbana e do paisagismo é a definição física das ruas e dos espaços públicos como lugares de uso comum.

Princípio 20: Projetos de edificações isoladas podem ser perfeitamente ligados a seus vizinhos. Esta questão transcende as razões de estilo.

Princípio 21: A revitalização de espaços urbanos depende de segurança e de proteção. O desenho das ruas e dos edifícios pode reforçar a segurança dos lugares, mas não em prejuízo da acessibilidade e sentido de abertura.

Princípio 22: Na metrópole contemporânea o desenvolvimento deve acomodar os automóveis de forma adequada. Isto deve ser feito de modo que se respeitem os pedestres e a forma do espaço público.

Princípio 23: Ruas e praças podem ser seguras, confortáveis, e interessantes para o pedestre. Bem configuradas, elas encorajam o passeio, permitem aos moradores conhecer-se e com isto protegerem sua comunidade.

Princípio 24: O projeto de arquitetura e paisagismo deve desenvolver-se considerando o clima, a topografia, a história e a prática de construir.

Princípio 25: Edifícios institucionais e lugares públicos de reunião requerem sítios significativos para reforçar sua identidade e a cultura da democracia. Eles merecem formas distintas, porque seu papel é diferente dos outros edifícios e lugares que constituem o tecido urbano da cidade.

Princípio 26: Todos os edifícios devem proporcionar a seu ocupante um claro senso de localização, clima e tempo. Processos naturais de calefação e

ventilação podem ser mais eficientes como economia de recursos que os sistemas mecânicos.

Princípio 27: A preservação e renovação de edifícios históricos, áreas urbanas significativas e espaços verdes garantem a continuidade e evolução da sociedade urbana.

3.2 Cidade Para Pessoas

Cidades para pessoas, segundo Jan Gehl (2010), quer dizer pensar o meio urbano tendo os seus habitantes como foco principal. Para uma cidade ser considerada “para pessoas” ela deve seguir alguns pré-requisitos e, assim como aborda o Novo Urbanismo, a quantidade e qualidade de espaços públicos bem planejados, preenchimento urbano com ruas e blocos permeáveis, e o desenvolvimento de um trânsito orientado são propostas essenciais na cidade planejada para pessoas. Como afirma este autor, inicialmente nós moldamos a cidade – depois elas nos moldam. Assim, quanto mais humano for o espaço urbanos que produzimos, mais valorizada nossa dimensão humana estará. Uma cidade de pessoas para pessoas.

A cidade contemporânea é efêmera, frenética e contingente, essas características influenciam diretamente na relação entre as pessoas e o espaço urbano, a forma como vivenciam a cidade e o sentimento de pertencimento coletivo do lugar. “Se olharmos a história das cidades, pode-se ver claramente que as estruturas urbanas e o planejamento influenciaram o comportamento humano e as formas de funcionamento das cidades.” (GEHL, 2010, p.9)

Em Cidade Para Pessoas, Jan Gehl (2010) afirma que o modelo de cidade que se produziu nos últimos anos, embasado nos princípios modernistas, criou um afastamento entre seus usuários e o meio urbano. Esse distanciamento e a produção de edifícios altos geram um impacto na percepção do pedestre, quanto mais alto o edifício, mais difícil será o contato visual. Logo, necessita-se um afastamento para sua visualização, dificultando a relação o transeunte.

[...] a introdução de ideais funcionalistas de residências higiênicas e bem iluminadas, resultou em visões de cidades altas, espalhadas entre vias expressas. Caminhar, andar de bicicleta e encontrar as pessoas em espaços urbanos comuns não entrava nessas visões [...] (GEHL, 2010, p.56).

Como apresentado no item 2.1, em 1961, Jane Jacobs, já denunciava a falta de perspectiva humana do planejamento modernistas de priorização de vias expressas, grandes edifícios e a divisão de funções por zonas. David Harvey (2014) afirma que antes do surgimento dos carros, as ruas eram um lugar de socialização popular e de lazer, contudo, esse tipo de uso foi comprometido e transformado em um espaço para os automóveis. Harvey argumenta ainda que as ruas tomadas pelo tráfego de veículos tornaram esse espaço público quase inutilizável para motoristas e também para os pedestres.

Jan Gehl (2010), crítica veemente os paradigmas dominantes do planejamento urbano, afirma que priorização dos automóveis é o principal agente modelador do espaço e, em segundo lugar, o modernismo, como responsáveis por negar não só a cidade como as próprias pessoas. “Nos esforços para lidar com a maré crescente de automóveis, todo espaço disponível da cidade era simplesmente preenchido com veículos em movimento ou estacionados.” (GEHL, 2010, p. 9)

As ideologias dominantes de planejamento – em especial, o modernismo – deram baixa a prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade. Por fim, gradativamente, as forças do mercado e as tendências arquitetônicas afins mudaram seu foco, saindo da inter-relação e espaços comuns da cidade para edifícios individuais, os quais, durante o processo, tornaram-se cada vez mais isolados, autossuficientes e indiferentes. (GEHL, 2010, p. 3)

Figura 2 – Dimensão Humana, negligenciada e progressivamente eliminada.



Fonte: GEHL, 2010. p.2 e p.5

A morfologia urbana interfere na capacidade das pessoas de perceber o espaço ao caminhar, uma cidade com escala desproporcional inibe as pessoas de querer permanecer no espaço urbano, seja por distancias percorridas acompanhadas de sensação de insegurança ou por falta de reconhecimento e acolhimento do lugar. As atuais cidades do espetáculo, planejada para acomodar altos edifícios, muros e térreos monótonos, acompanhadas por um sistema viário que marginaliza a locomoção não automatizada, restringem o ato de caminhar pela cidade e, dessa forma, acabam consequentemente gerando impermanência dos usuários no espaço.

Priorizar um planejamento de escala humana, permite que os cidadãos interajam com o meio, “caminhar na cidade permite tempo para vivenciar aquilo que as áreas ao nível da rua têm a oferecer, e saborear a riqueza de detalhes e informações. (GEHL, 2010, p.77).

Figura 3 – Figura número 1 Dubai com grande escala e a número 2 Veneza com escala humana



Fonte: GEHL, 2010. p.45

O sucesso das cidades depende de como os edifícios se relacionam com o solo, como se conectam entre si e, como os espaços públicos organizam. A vida que ocorre entre os edifícios é mais importante do que os próprios edifícios, trazer as pessoas para a rua e mantê-las depende da criação de uma série de condições fundamentais para isso.

Jan Gehl considera, dentre os vários princípios pré-requisitos para o trabalho com a escala humana, cinco princípios que são cruciais para convidar as pessoas para passar mais tempo nas cidades: (Gehl, 2010, p.232)

1. Distribuir, cuidadosamente, as funções da cidade para garantir menores distâncias entre eles, além de uma massa crítica de pessoas e eventos.
2. Integrar várias funções nas cidades para garantir versatilidade, riqueza de experiências, sustentabilidade social e uma sensação de segurança nos diversos bairros.
3. Projetar o espaço urbano de forma a torná-lo convidativo tanto para o pedestre quanto para o ciclista.
4. Abrir os espaços de transição entre a cidade e os edifícios, para que a vida no interior das edificações e a vida nos espaços urbanos funcionem conjuntamente.
5. Reforçar os convites para permanências mais longas no espaço público, porque algumas pessoas por muito tempo em um local

proporcionam a mesma sensação de vitalidade de que muitas pessoas por pouco tempo. De todos os princípios e métodos disponíveis para reforçar a vida nas cidades, o mais simples e o mais eficaz é convidar as pessoas a passar mais tempo no espaço público.

Em Cidade para Pessoas, Gehl (2010) também sugere 12 critérios para avaliar a qualidade de uma cidade quando considerada ao nível da rua:

1. Proteção dos pedestres contra o tráfego e acidentes, o que elimina o medo do trânsito e leva a uma sensação de segurança.
2. Proteção contra o crime e a violência urbana: depende de haver muitas atividades na rua – dia e noite –, de a rua estar sob os olhos de muita gente, e ter boa iluminação.
3. Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis, causadas por vento, chuva, calor/frio, poluição, ruído, poeira etc.
4. Oportunidades para caminhar: espaço suficiente e sem obstáculos, boas superfícies, acessibilidade para todos e fachadas interessantes, que ofereçam o que ver.
5. Espaços de permanência: zonas atraentes para sentar e/ou ficar de pé nas bordas dos espaços, suportes para ficar de pé.
6. Ter onde sentar, aproveitando as vantagens que o lugar oferece.
7. Possibilidades de observar: vistas interessantes, distâncias razoáveis, sem obstáculos, iluminação.
8. Oportunidades de conversar e ouvir: baixo nível de ruído, mobiliário adequado e que leva a isso.
9. Locais para jogar e se exercitar: convite à criatividade e a atividades físicas, a toda hora e em todas estações.
10. Escala humana nos edifícios e nos espaços abertos: que sejam pensados para a pessoa que caminha e não para quem passa dentro de um carro. É uma questão de tamanho e densidade.
11. Oportunidades de aproveitar os aspectos positivos do clima: sol/sombra, calor/frescor, brisas.

12. Experiências sensoriais positivas: bom projeto arquitetônico, bons materiais, vistas, árvores, plantas e água.

Cidades dotadas com formas que são vistas a curtas distancias, em uma escala mais próxima aos pedestres, com térreos variados, que provoquem interação com os transeuntes e despertem a suas percepções, atraem o caminhar e geram permanência e observação do espaço. Alcançar cidades que possuam esses itens no planejamento urbano envolvem projetos de longo prazo. Assim, cabe a pergunta: quais medidas de curto prazo ajudariam as cidades a terem uma escala mais humana?

3.3 Urbanismo Tático

O urbanismo para pessoas preconizado por Jan Gehl apresenta um planejamento com estratégias de longo prazo. Como alternativa para transformações de curto prazo, pontual e economicamente acessível surge o Urbanismo Tático. Nesse item será explorado a abordagem emergente do Urbanismo Tático, seu conceito, formas de atuação e sua pertinência a partir de recentes experiencias dos espaços públicos através de intervenções temporárias participativas e coletivas.

(...) o poder coletivo dos corpos no espaço público ainda é o instrumento mais eficaz de oposição quando todos os outros meios de acesso encontram-se bloqueados. (HARVEY, 2014, p.281)

O Urbanismo Tático é uma abordagem recente que propõe refletir a cidade, afim de reativar as experiencias sociais e recuperar os espaços urbanos, além disso, ressalta a importância da participação social através de iniciativas de pequena escala que partem da sociedade civil, podendo ter ou não apoio do poder público. Dessa forma, reagindo a insuficiência do planejamento oficial e estratégico por parte do poder público, o urbanismo tático pretende intervir na cidade contemporânea através de intervenções temporárias e facilmente executáveis para demonstrar a capacidade de reapropriação do espaço urbano.

Embora o Berlinbasd Studio Urban Ctalyst já tenha explorado táticas de uso temporário na Europa pós-industrial nos anos 2000, foi partir em 2011 quando urbanistas norte-americanos - Mike Lydon juntamente com os membros do Street Plans Colaborative - lançaram a primeira publicação intitulada Tactical Urbanism: Short-term Action, Long-term Change (Urbanismo Tático: Ação de Curto Prazo, Mudança a Longo Prazo), que o termo urbanismo tático começou a entrar em uso. A publicação apresentou o progresso de intervenções temporárias em espaços públicos na América do Norte. (PFEIFER, 2013, p.4)

O conceito do urbanismo tático pode ser interpretado como uma abordagem que explora o estudo de intervenções na cidade a partir de táticas urbanas. Mike Lydon juntamente com o Street Plans Colaborative (2011), definem o urbanismo tático como intervenções de pequena escala e de curto prazo que têm como objetivo inspirar mudanças a longo prazo.

O léxico em que se insere o Urbanismo Tático inclui termos como: do it yourself (DIY) e seus similares do it with others (DIWO) e do it together (DIT), urbanismo entre pares (Sá, 2015), ativismo urbano, urbanismo de guerrilha, urbanismo insurgente (Hou, 2010), co criação, práticas bottom-up, placemaking (Ermacora e Bullivant, 2016), comuns urbanos, urbanismo open source (Di Siena, 2015), micro planning, práticas sociais criativas (Rosa, 2011), urbanismo biopotente (Rena et al., 2016) e vários outros. (CARVALHO, 2018, p.60)

O urbanismo tático, como movimento, conquistou visibilidade dentro do discurso de planejamento. Em 2012 o Pavilhão dos Estados Unidos ganhou, pela primeira vez, uma menção especial do júri, o Leão de Ouro, sendo destaque na 13ª Exposição Internacional de Arquitetura na Bienal de Veneza, apresentando Urbanismo Tático e sua relevância através da instalação intitulada, Spontaneous Interventions: Design Actions for the Common Good (Intervenções Espontâneas: Ações de Projeto para o Bem Comum), a exposição apresentou 124 intervenções urbanas de mentalidade social que trouxeram melhorias imediatas ao público.

A instalação Intervenções Espontâneas exibe o ativismo cidadão e a crescente conscientização e desejo de impulsionar mudanças no espaço urbano. Apresenta ideias que podem ser implementadas por todo o país sobre como resolver os problemas no espaço urbano, mas as soluções efetivas, precisam vir a partir de

políticas locais e agentes de planejamento, essas entidades têm o poder para efetuar a mudança a longo prazo através da reforma política e planejamento. Alguns dos projetos foram capazes de efetuar tal reforma, influenciando a política da cidade de baixo para cima. Estes casos extraordinários exemplificam o poder e a utilidade das intervenções espontâneas. (BERNNER, 2013, p.6)

Entre 2014 e 2015, foi realizada uma exposição no Museum of Modern Art – MoMa, Nova Iorque, chamada *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* (Crescimento desigual: Urbanismo Tático para expandir Megacidades). Com a curadoria do arquiteto português Pedro Gadanh e com a contribuição de pensadores como David Harvey, Saskia Sassen, Teddy Cruz e Ricky Burdett a exposição exibiu e discutiu uma série de abordagens bottom-up (de baixo para cima) para o enfrentamento dos problemas da cidade contemporânea.

A exposição do MoMa abordou o urbanismo tático como uma alternativa à rigidez do planejamento urbano, uma forma de enfrentar as políticas neoliberais que reprimem as cidades e seus habitantes, o urbanismo tático, como afirma Brenner (2016) é assim apresentado como um potencial paliativo para remediar certos problemas urbanos que as instituições estatais e os procedimentos formais de planejamento urbano, em particular, não conseguiram discutir adequadamente até agora.

No guia *The Planner's Guide to Tactical Urbanism*, Pfeifer (2013) aponta questões que contribuem para o aumento do atual interesse sobre as intervenções temporárias. A incerteza política, econômica e ambiental; aumento de espaços subutilizados; e o aumento da necessidade de mobilidade dos trabalhadores, criaram a urgência de espaços com usos mais adaptáveis e flexíveis.

A facilidade em compartilhar novas ideias e recursos através das redes sociais e internet aumentou a visibilidade de projetos táticos e, levou a uma maior sensibilização entre os cidadãos evidenciando a capacidade de influenciar ativamente as suas comunidades. Há uma consciência crescente de que os processos tradicionais de planejamento não são suficientemente adaptáveis e resistentes para responder às necessidades locais. Dessa forma os cidadãos estão cada vez mais interessados em responder ativamente às situações locais, seja

através dos processos tradicionais (consultas públicas) ou por participação diretamente nas suas comunidades.

3.3.1 Finalmente, O Que É Urbanismo Tático?

Segundo Laura Pfeifer (2013) em *Planner Guide To Tactical Urbanism*, as intervenções temporárias emergem como uma importante forma apresentar propostas de melhorias nos espaços urbanos apresentando poucos riscos tanto para a população local como para a administração pública.

As intenções por trás dos projetos de urbanismo tático são diversas, alguns projetos têm como objetivo impulsionar revitalização econômica, enquanto outros são destinados a melhorar a segurança dos pedestres e oferecer oportunidades para os cidadãos se conectarem com o outro. A maneira como os projetos táticos se manifestam também variam muito, com projetos com escalas físicas e temporais diferentes, embora a maioria seja temporário e destinado a escala local como bairros, ruas e prédios. (PFEIFER, 2013, p. 4)

Para Alisdairi (2014), o urbanismo tático envolve uma diversidade de abordagens, referindo-se a iniciativas de ativação temporária de uma variedade de espaços construídos e não construídos, como por exemplo a revitalização de zonas de comércio, que através da implementação de soluções pouco convencionais mantêm a atividade nas montras e espaços devolutos em curtos períodos de tempo.

Lydon (2011) define urbanismo tático como uma apropriação coletiva e voluntária de espaços públicos, autorizadas ou não, executadas sob a tríade “mais rápido, mais barato e mais fácil”, contribuindo dessa forma para o engajamento cívico. A partir da observação de projetos de vários coletivos e órgãos administrativos espalhados pelo mundo, o autor identifica cinco características principais e comuns entre eles: a abordagem voluntária e gradual, orientada para instigar mudanças; oferta de soluções locais para solucionar desafios de planejamento; o compromisso de curto prazo e expectativas realistas; as ações de baixo risco mas com possibilidades de altas recompensas; e o desenvolvimento de capital social e capacidade institucional entre cidadãos, instituições público-privadas sem fins lucrativos e seus componentes. O urbanismo tático aparece assim como

um desafio ao status quo do planejamento, podendo representar um ponto de viragem no planejamento e desenvolvimento urbano. (BRENNER, 2013, p.7)

No ensaio “Is Tactical Urbanism an Alternative to Neoliberal Urbanism?”(Urbanismo Tático uma Alternativa para o Urbanismo Neoliberal?) Neil Brenner (2016), discute os resultados da exposição realizada no Museum of Modern Art – MoMa, Nova Iorque, chamada Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities (Crescimento desigual: Urbanismo Tático para expandir megacidades). Segundo o autor, vários pensadores urbanos influentes internacionalmente (Barry Bergdoll, Ricky Burdett, Teddy Cruz, Saskia Sassen, Nader Tehrani) fizeram o enquadramento do urbanismo tático, do qual emergiu uma série de pontos de convergência:

- Surge no contexto de uma crise mais ampla de governação nas cidades contemporâneas em que ambos estados e mercados falharam no fornecimento de bens públicos de base;
- O urbanismo tático não é um movimento ou técnica unificada, mas antes um conceito que engloba uma gama de projetos urbanos ad hoc, emergentes, temporários, experimentais;
- É feito a partir de baixo para resolver questões urbanas emergentes através de intervenções com uma raiz organizacional, cultural e ideológico. Ou seja, os planejadores, governos e empresas podem participar e incentivar ativamente o urbanismo tático, mas a sua origem e força motriz estão fora do controle de qualquer grupo de peritos, instituições ou classe social;
- Propõe intervenções "acupunturais" imediatas em relação às questões locais consideradas urgentes. O horizonte de tempo é curto e a escala circunscrita ao bairro, rua, edifício;
- A flexibilidade dos projetos contrasta com os planos globais; códigos jurídicos formais, e projetos rígidos de intervenção urbana, permitindo a sua evolução independentemente das mudanças nas condições político-económicas e/ou acordos institucionais;
- Promove uma base participativa, uma visão de reestruturação urbana do it yourself (faça você mesmo), em que os cidadãos diretamente afetados por um problema se mobilizam para soluçona-lo.

Enfim, podemos afirmar que o urbanismo tático é formado por iniciativas lideradas pelos cidadãos através de intervenções táticas que inspiram discursões sobre o papel dos atores informais no processo do planejamento urbano. São intervenções temporárias que estão se tornando parte do planejamento oficial de algumas cidades, por sua natureza temporária podem ser encaradas como projetos pilotos, fornecendo estudos de caso que poderão determinar se, e como as intervenções são positivas e funcionais para que possam ser incorporadas na prática de planejamento urbano.

3.4 Urbanismo Tático X Urbanismo Neoliberal

Propondo uma perspectiva crítica sobre a vertente do urbanismo contemporâneo exposto no item anterior e buscando analisar de maneira crítica a contribuição do urbanismo tático para o desenvolvimento da cidade contemporânea. Este item discute a produção social do espaço na cidade contemporânea e avalia como o urbanismo tático pode se encaixar para cooperar com a produção de um espaço urbano mais justo.

3.4.1 Autoprodução do Espaço Público: Intervenções de Resistência e Ativismo Social ou Reafirmação das Ideias Neoliberais?

Como afirma Neil Brenner (2016), o urbanismo tático surge no contexto de uma crise de governança mais ampla nas cidades contemporâneas, em que tanto os Estados como os mercados falharam sistematicamente na entrega de bens públicos básicos como habitação, transporte e espaço público às populações urbanas em rápida expansão.

“Contra esse pressentimento, os “urbanismos táticos” seriam capazes de oferecer soluções inteligíveis, ou, pelo menos, jogar luz sobre algumas perspectivas mais produtivas que ajudassem a delinear a projeção de futuros urbanos alternativos ao que se vê hoje?” (BRENNER, 2016, p.8). De fato, o urbanismo tático cria uma ruptura na atual lógica de governança urbana, mas como a produção social do espaço se insere no desenvolvimento da cidade neoliberal?

O debate sobre o Urbanismo Tático surge com o objetivo de superar a falta de atuação do Estado na perspectiva de melhoria na qualidade de vida urbana. Para muitos profissionais, arquitetos, designers, urbanistas e planejadores, através do urbanismo tático, é possível atingir uma forma mais progressista, justa e equitativa de se fazer o espaço urbano. Porém, ao mesmo tempo, para outra parcela de profissionais da área urbana essas intervenções reforçam as ideias neoliberais dominantes.

Na escala urbana, o neoliberalismo funciona como um indutor do mercado imobiliário e, a política pública é direcionada para atender ao interesse privado sobre o tecido urbano alimentando o consumo da cidade como mercadoria. Intencionalmente a política neoliberal atribui aos cidadãos o papel de serem exclusivamente consumidores, dessa forma, passam a não se reconhecerem como parte de uma coletividade, desconhecem seu direito à cidade e a importância dos espaços públicos na integração social e funcionamento saudável da cidade.

Dentro da perspectiva da cidade como mercadoria os espaços urbanos tendem a perder sua função social de área de permanência e convívio, o uso coletivo é negociado e a vida cotidiana dentro das cidades contemporâneas viram, cada vez mais, sinônimo de insegurança. Dessa forma, novos espaços públicos privados são gerados e vendidos como única possibilidade de vida qualitativa e segura no meio urbano. A política neoliberal não reconhece a cidade como um sistema complexo e heterogêneo, as desigualdades não são tratadas de forma equitativa e, dessa forma, os problemas sociais são potencializados.

O urbanismo tático é mobilizado “de baixo para cima” através de intervenções organizacionais, culturais e ideologicamente diversas para enfrentar as questões urbanas emergentes. Os designers profissionais, bem como governos, desenvolvedores e corporações, em geral, podem participar e estimular ativamente o urbanismo tático. Mas, suas fontes geradoras devem estar fora do controle de qualquer ideologia específica de especialistas ou qualquer instituição específica, classe social ou coligação política. (BRENNER, 2016, p.9)

As intervenções se fundamentam na democracia participativa e comunitária com o intuito de promover uma coesão social e reivindicar os espaços públicos urbanos, porém é pertinente questionar se, a forma de ação com uso de

mão de obra autogerida, não seria apenas uma forma de camuflar os problemas sociais e, dessa forma, apenas aliviar e repassar as responsabilidades e custos de uma produção que deveriam ser assumidos pelo Estado. Assim, o urbanismo tático, pode ser apresentado como um “potencial paliativo para remediar certos problemas urbanos que as instituições estatais e os procedimentos formais de planejamento urbano, em particular, não conseguiram discutir adequadamente até agora.” (BRENNER, 2016, p.9-10)

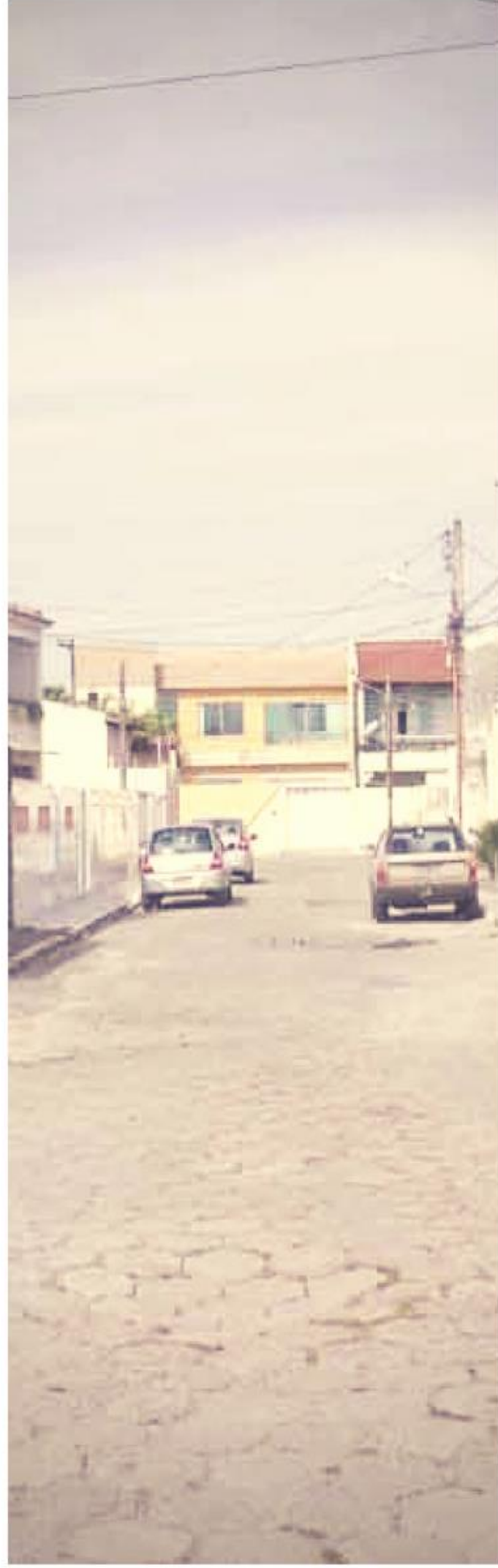
Em alguns casos, o urbanismo tático parece propenso a reforçar o urbanismo neoliberal, uma vez que, ao assumir responsabilidades que deveriam ser das instituições governamentais apoia a economia neoliberal. Nesse ponto, é válido ressaltar, o Estado mínimo é um dos pilares do neoliberalismo.

O urbanismo tático internaliza uma agenda neoliberal (por exemplo, relacionada a uma diminuição do papel das instituições públicas e/ou uma extensão das forças de mercado) e, assim, contribui para o posterior enraizamento, consolidação e extensão do urbanismo neoliberal. (BRENNER, 2016, p.10)

Contrapondo a crítica que expõe o urbanismo tático como extensão do neoliberal, é possível encarar as intervenções como uma forma de protesto, Gandanho (2017) chama atenção para o fato do urbanismo tático permitir o debate sobre os problemas urbanos e os torná-los mais visíveis e oferecer algum tipo de resposta a caminho de uma resposta ideal. A questão obviamente que se coloca é se haverá ou não uma resposta ideal, de um ponto de vista de um plano de ação mais amplo, na sequência desse alerta. Assim, essas intervenções podem ser vistas como um alerta, mas apenas se mantivermos uma perspectiva crítica de não os ver como a solução, mas como um passo para uma solução que tem que englobar vários atores urbanos, incluindo as próprias populações.

Se usado como forma de protesto e ativismo, o urbanismo tático pode ser entendido como uma forma denúncia social, ajudando a visibilidade dos problemas. Porém é importante ressaltar que para busca de soluções efetivas é preciso desenvolver políticas públicas urbanas de equilíbrio duradouro entre economia, cidadania, responsabilidade e desenvolvimento social e urbano. Além disso, é preciso pensar no design das cidades não apenas como uma ferramenta decorativa, mas como um modelo de inclusão socioeconômico que não priorize as classes

dominantes, gerando a reapropriação dos locais da cidade através de um governo mais eficiente, inclusivo e colaborativo. A busca por novos espaços urbanos é também a busca por mais espaço do Estado.



BAIRRO INÁCIO BARBOSA

CAPÍTULO 4

4. BAIRRO INÁCIO BARBOSA

Nesse capítulo será apresentado um breve histórico da área de estudo, o bairro Inácio Barbosa, em Aracaju/SE. Os dados utilizados para a elaboração do histórico foram pesquisados junto à Prefeitura Municipal de Aracaju. Também serão abordadas a geografia urbana e característica da população, o marco legal e propostas direcionadas para região a partir da nova proposta para o PDDU.

Em seguida, serão relatadas as percepções, sobre o bairro, alcançadas a partir de observações realizadas em dias e horários diferenciados, para que dessa forma fosse entendido o funcionamento, característica local e potencial urbanístico. A partir desse entendimento será feita a análise quanto ao atual planejamento urbano frente as perspectivas do urbanismo contemporâneo e, se essas são alternativa para o planejamento de gestão urbana do Bairro Inácio Barbosa.

4.1 Histórico do Bairro Inácio Barbosa

O Inácio Barbosa localiza-se na zona sul da cidade de Aracaju e ocupa uma área de 246 hectares, correspondente a 2,9% do total da zona urbana da cidade. Limita-se ao com o bairro Grageru através da Avenida Trancredo Neves; ao sul com o bairro Farolândia e separa-se desse pelo Rio Poxim; ao oeste com o Jabotiana de onde também é separado pelo Rio Poxim.

Sua formação se deu em dois episódios diferentes. O primeiro diz respeito a parcela oeste, região que comporta a implantação do distrito industrial caracterizado por uma morfologia de grandes lotes que comportam galpões para logísticas e armazéns e, ainda nesta parcela é possível encontrar equipamentos institucionais governamentais, lojas de maior porte, comércio em geral, o teatro Tobias Barreto e o Centro de Convenções do Estado de Sergipe.

O segundo episódio ocorreu na área leste, com a formação de conjuntos residenciais. Essa área possui característica de bairro tipicamente residencial com tipologias horizontais de um e dois pavimentos, em sua grande maioria.

A ocupação inicial da área teve início com a construção de um conjunto destinado a ocupação da população que formava a favela do Japãozinho, no bairro

13 de julho, além dos habitantes de outras favelas da cidade. Esse conjunto foi construído pela Prefeitura Municipal de Aracaju através do projeto Pajé.

Em 1971, foi criado o DIA – DISTRITO INDUSTRIAL DE ARACAJU com a finalidade de instalar unidades fabris de grande e médio porte. Atualmente o Distrito Industrial está completamente ocupado e, foi o responsável pela valorização de grandes vazios existentes em seu entorno. Embora já existissem dois conjuntos habitacionais, Médici e o Castela Branco, nas suas proximidades foram construídos outros, que hoje formam o Bairro Inácio Barbosa.

A COHAB, em 1974, fez uma ampliação no Conjunto Jardim Esperança onde foram construídas mais 144 unidades; no mesmo ano a INOCOOP construiu o conjunto Inácio Barbosa destinado a população de classe média e, acabou sendo ocupado por funcionários da Petrobrás. Em 1979 a INOCOOP constrói o conjunto Beira Rio com mais de 184 casas que, foram ocupadas por funcionários públicos, professores universitários, entre outros. Depois da construção do Beira Rio houve a ampliação do Loteamento Parque dos Coqueiros, localizado entre o DIA e o Beira Rio, destinado a população de alta renda. Todos esses conjuntos: Beira Rio, Inácio Barbosa, Loteamento Parque dos Coqueiros e Jardim Esperança formam hoje o Bairro Inácio Barbosa.

Atualmente observa-se no bairro uma dicotomia nas condições-econômicas da população, no Conjunto Inácio Barbosa, Beira Rio e Loteamento Parque dos Coqueiros predomina uma população de classe média e, no Jardim Esperança uma população mais humilde.

Figura 4 - Delimitação dos limites do Bairro Inácio Barbosa



Fonte: Google Earth, 2015. Modificado por Camila Faro.

Recentemente o bairro sofreu um profundo impacto responsável por causar uma ruptura nos limites do bairro, com a implantação do eixo viário de ligação norte sul da cidade a partir da construção da ponte que passa sobre o rio Poxim que fez conexão dos bairros Inácio Barbosa e Farolândia através do eixo viário que ligou a Avenida Canal 4 do Conjunto Augusto Franco a Avenida Iolanda Pinto de Jesus. Dessa forma, a mobilidade de acesso para automóveis formou uma conexão norte sul da cidade de Aracaju.

Figura 5 - Ponte de conexão entre Inácio Barbosa e o Conjunto Augusto Franco



Fonte: Acervo do G1 Sergipe.

Figura 6 - Ponte Gilbert Villa-Nova de Carvalho



Fonte: Acervo de Jadilson Simões.

4.2 Geografia Urbana e Característica da População

As informações sobre a população do bairro Inácio Barbosa, presentes neste item, são referentes as informações por setores do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com base no Censo 2010.

O Bairro Inácio Barbosa possui uma população de 13.887 habitantes. Conforme o senso 2010 é distribuída entre homens e mulheres numa relação onde existe mais mulheres do que homens. Sendo a população composta de 54.5% de mulheres e 45.5% de homens. Com relação a faixa etária da população o maior número está entre as idades de 15 a 65 anos, seguido por crianças de 0 a 14 anos e, a população de idosos com números menos expressivos.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Aracaju (2015), no diagnóstico de uso e ocupação do solo do Inácio Barbosa são recentes o surgimento de empreendimentos imobiliários no bairro. São evidenciados por dois condomínios verticais finalizados neste ano de 2015, neles é notável a não relação de adequação de escala da tipologia empregada. Primeiramente por sua verticalização que

contrasta com a tipológica unifamiliar de até dois pavimentos do Inácio Barbosa e, segundo pelo adensamento pontual relativo à infraestrutura existente.

Outros aspectos que surgem deste conflito de gabaritos com a paisagem existente é a alteração na paisagem cultural já que as experiências sociais e culturais do bairro são residenciais e horizontais.

4.3 Marco Legal PDDU

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) é um instrumento estratégico de Política de Desenvolvimento Urbano, que orienta a ação dos agentes públicos e privados, na produção e gestão do espaço urbano. A lei em vigor que institui o PDDU de Aracaju é a Lei Complementar Nº 42 De 04 De Outubro De 2000. No ano de 2015, conduzido por técnicos da própria gestão da prefeitura e consultoria de especialistas, foi elaborada uma revisão do PDDU vigente. Dentro da revisão do ano de 2015 o Bairro Inácio Barbosa possui uma área identificada pela Prefeitura Municipal de Aracaju com potencial de transformação em uma Área de Interesse Urbanístico (AIU). É importante ressaltar que atualmente o PDDU se encontra em uma nova etapa, ainda em elaboração, e a proposta de AIU para o Inácio Barbosa continua em voga na atual revisão do ano de 2018. É nessa área específica, área delimitada como de interesse urbanístico, no Bairro Inácio Barbosa que iremos focar o estudo dessa pesquisa.

Segundo a Prefeitura Municipal de Aracaju (2015) são consideradas Áreas de Interesse Urbanístico as frações do território municipal que, em razão de sua singularidade e função, constituem marcos de referência para a memória e a dinâmica da cidade. As diretrizes gerais das AIU's são: garantir a qualidade dos espaços públicos; incentivar vocações diferenciadas do caráter e da paisagem edificada; estimular a realização de parcerias público-privadas para construção e manutenção física dos espaços públicos. Dessa forma, podemos entender a AIU como um perímetro delimitado no território onde podem ser estabelecidos regimes urbanísticos específicos, mediante a implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano que prevalecerão sobre a zona urbana delimitada.

Figura 7 – Delimitação da AIU do Bairro Inácio Barbosa



Fonte: Prefeitura Municipal de Aracaju, 2015. Modificado por: Camila Faro

Diretriz para a Área de Interesse Urbanístico do Bairro Inácio Barbosa. Dados da Prefeitura Municipal de Aracaju (2015):

Limite: Compreende a área do Bairro Inácio Barbosa inscrita no perímetro formado pela Avenida Celia Meireles no perímetro do rio Poxim, rua dos Flamboyants e Avenida Presidente Tancredo Neves.

Diretrizes Gerais: Promover a manutenção das peculiaridades socioespaciais considerando a preservação das tipologias preexistentes e relações de vizinhança.

Diretrizes de Intervenção: Incentivo a convivência harmônica de uso misto de atividades residenciais e comércio gastronômico de baixo ruído;

Preservação das tipologias de residências unifamiliares de 1 e 2 pavimentos;

Manutenção das relações de vizinhança e da paisagem cultural;

Legislação específica da área: Recuo mínimo frontal da construção de 3,00m; número máximo de pavimentos: 4; taxa de ocupação máxima: 60%; taxa de permeabilidade mínima: 30%.

Segundo o Relatório de Propostas para Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, com relação à estrutura urbana da cidade de Aracaju, o documento propõe o realinhamento do planejamento urbano da cidade urbana.

Tendo como objetivo geral estruturar o espaço da cidade e suas relações metropolitanas, tem-se como objetivos:

- I. Estruturar corredores de centralidade através do incentivo de densidades, mobilidade, infraestrutura e atividades e usos mistos;
- II. Potencializar e estruturar áreas de desenvolvimentos econômico – ADEN através do transporte público, e incentivo aos usos múltiplos e atividades mistas de comércio, serviços e moradia;
- III. Fortalecer a interação social através de espaços abertos em áreas de parque e praças relacionando esporte, cultura e lazer;
- IV. Desenvolver a integração metropolitana através da articulação da gestão política com os municípios limítrofes ao município de Aracaju;
- V. Fortalecer a legibilidade da cidade através de suas preexistências e dos potenciais corredores de centralidade;
- VI. Incentivar construções nos vazios urbanos através do estímulo para a densificação objetivando a amarração do tecido urbano;
- VII. Priorizar a infraestrutura urbana nas regiões de incentivo a maior densificação;
- VIII. Restringir a ocupação em consonância com a infraestrutura e condições ambientais;
- IX. Garantir que a instalação de infraestrutura e de serviços urbanos preceda o processo do uso e ocupação do solo;
- X. Estruturar internamente a Zona de Expansão, prioritariamente no que se refere ao sistema viário, macrodrenagem, esgotamento sanitário, preservação e proteção do meio ambiente.

Em entrevista com representante da Prefeitura foi elucidada a motivação e objetivo para a AIU do Inácio Barbosa. Segundo o representante, no ano de 2015 foi observado o surgimento de uma gama de estabelecimentos comerciais de caráter gastronômico, esses se diferenciam da característica predominantemente residencial já consolidada na região. Dessa maneira, levando em consideração a

característica do Bairro Inácio Barbosa como um bairro residencial e, com o intuito de preservar essa característica foram propostos parâmetros de ocupação que limita o gabarito de altura máxima evitando a construção de empreendimentos não compatíveis com a escala atualmente predominante. Então, a intenção de transformar essa área em AIU é justamente preservar a característica residencial local a partir do controle restrito quanto ao uso e ocupação do solo, ou seja, dessa forma a região terá parâmetros diferenciados da macrozona onde está inserida. Afirma também que a proposta de 2015 está em revisão para saber se sofrerá alteração na proposta prevista para 2018, sendo analisada, inclusive, a possibilidade de restrição de ocupação do solo por estabelecimentos comerciais gastronômicos apenas nas áreas limites do bairro. No contexto geral, a finalidade de transformar a área em uma AIU é uma forma de preservar o Inácio Barbosa das futuras intervenções de empreendedores do capital privado.

Analisando a proposta do PDDU para Área de Interesse Urbanístico do Bairro Inácio Barbosa, quanto aos princípios da Carta do Novo Urbanismo e a Cidade Para Pessoas de Jan Gehl foi possível observar:

O novo urbanismo busca a adequação de projetos arquitetônicos de forma integrada ao espaço urbano onde está inserido. Segundo a Carta do Novo Urbanismo (1996), mais especificadamente no princípio 11 (item 3.1.1), os bairros devem ser compactos, acolhedores, para as pessoas simplesmente estarem ou caminharem, e devem ter uso do solo do tipo misto. A partir desse princípio, podemos concluir, que a proposta do PDDU encoraja o potencial comercial gastronômico da região, mas ao mesmo tempo prioriza manter o caráter setorizado e predominante do urbanismo moderno.

Em entrevista com o presidente da Associação dos Moradores houve o questionamento sobre a relação dos moradores e os empreendimentos, o presidente afirma que grande parte da população da área não utiliza os bares e restaurantes, pois a área da AIU se localiza na região do bairro onde a população é predominantemente formada por idosos. Logo, é possível perceber que em questão de bairro e população local, os estabelecimentos comerciais não contribuem para a vitalidade da comunidade em questão.

Em Cidade Para Pessoas (item 3.2) Ghel afirma que o sucesso das cidades depende de como os edifícios se relacionam com o solo, como se conectam entre si e, como os espaços públicos organizam. Dessa forma, é possível afirmar que sobre os bares e restaurantes da região, possuem potencialidade de trazer pessoas para vivenciar o espaço na proximidade dos estabelecimentos. Porém, o espaço não oferece segurança para que as pessoas se sintam confortáveis em fazer esse percurso entre eles, ou seja, o espaço é convidativo para a vida noturna e apenas dentro dos bares, mas não para o caminhar.

Dessa forma, é possível concluir, que os estabelecimentos comerciais inseridos na área de interesse urbanístico trazem uma possibilidade de interação social e vivencia apenas para quem fazer uso dos estabelecimentos, o bairro, ruas e áreas livres permanecem sem envolvimento da população local. Sendo assim, é possível notar que a presença do uso comercial na região favorece mais aos empreendedores privados e a pessoas moram fora da região que aos próprios moradores do bairro.

4.4 Primeiro Olhar Sobre o Bairro

Inicialmente, foram realizadas de visitas, longas caminhadas, observações e registros fotográficos. Foi realizado também um levantamento sobre o funcionamento do bairro durante a semana e aos finais de semana em turnos diferenciados, para dessa forma entender, como as práticas urbanísticas se encaixam dentro da configuração do bairro. O estudo pretende focar na realidade específica na área delimitada, dentro do bairro Inácio Barbosa, como proposta de AIU (Área de Interesse Urbanístico) para as atualizações do PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) da cidade de Aracaju/SE.

A área de estudo possui duas características distintas. A região voltada para a Avenida Tancredo Neves possui características comerciais: bares, casas de shows e restaurantes que dão a região um aspecto boêmio no período noturno. Porém, ao entrar no bairro é facilmente perceptível a sua vocação residencial formada por casas unifamiliares com até no máximo dois pavimentos, pode-se dizer que é um exemplo de modelo de tipologia residencial em Aracaju. O bairro possui

ainda uma qualificação paisagística, nele são encontras várias áreas verdes, praças públicas e um parque linear com cerca de 9mil m² (metros quadrados). Além disso existe uma qualificação ambiental por estar às margens do rio Poxim.

Figura 8 – Predominância de casas unifamiliares



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 9 – Tipologias residencial da área de estudo



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 10 – Parque Linear Otávio de Melo Dantas localizado às margens do rio Poxim.



Fonte: Acervo Pessoal

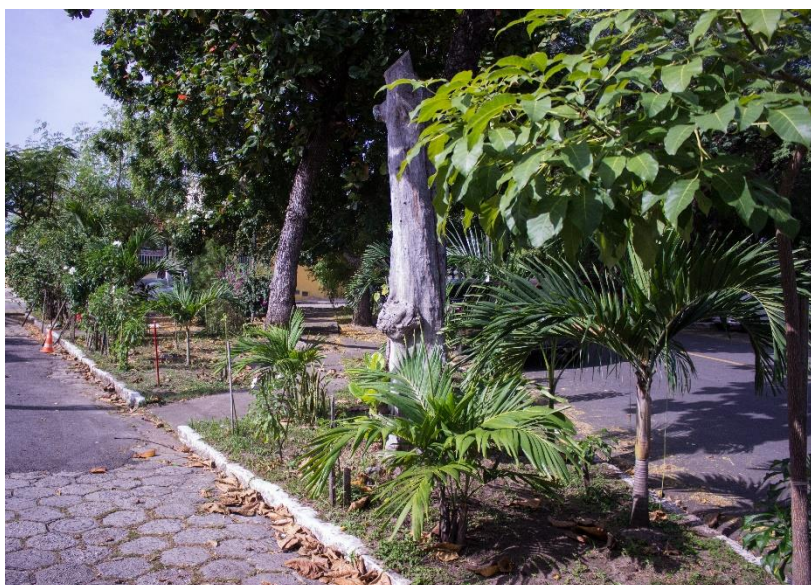
Figura 11 – Rio Poxim.



Fonte: Acervo Pessoal

Sobre as áreas verdes é preciso destacar a reclamação de moradores locais que afirmam serem responsáveis pela manutenção das mesmas: por limpar, manter e cuidar, uma vez que a prefeitura não mantém esse serviço periodicamente.

Figura 12 – Área verde são mantidas pela população local.



Fonte: Acervo Pessoal

Em uma das visitas para conhecer a relação dos moradores com o bairro foi possível presenciar e observar como é presente e viva a interação dos moradores com vizinhos e o entorno, além de famílias ocupando o Parque Linear Otávio de Melo Dantas, mães passeando com bebês e, grupo de amigos usando o espaço público como área de interação social. Manifestações que são muito difíceis de serem encontradas na grande maioria dos bairros da cidade de Aracaju.

Figura 13 – Moradores fazem uso da rua como local de interação social.



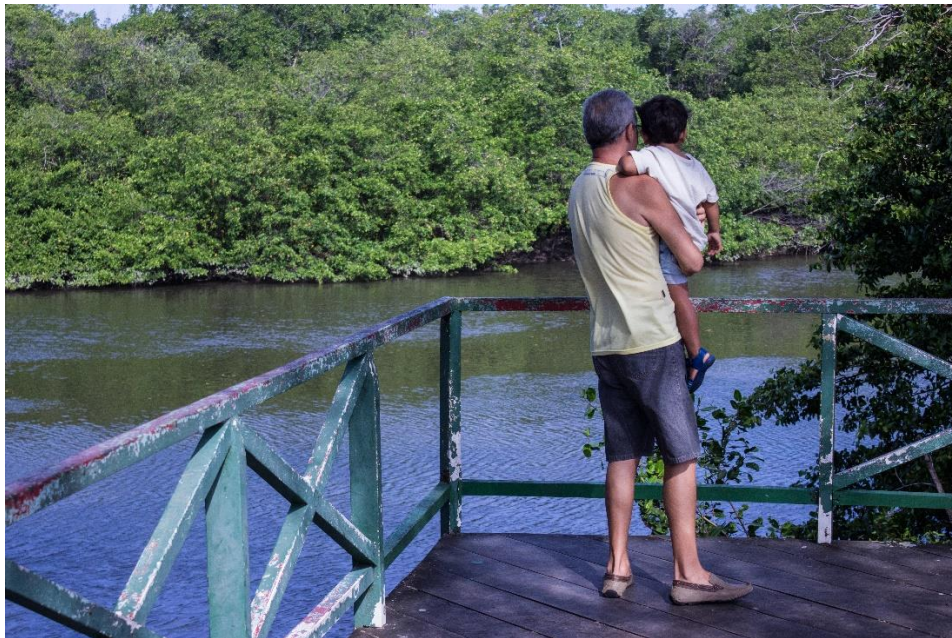
Fonte: Acervo Pessoal

Figura 14 – Parque sendo utilizado por famílias aos domingos.



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 15 – Parque sendo utilizado por famílias aos domingos.



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 16 – Bar e Restaurante Cajueiros localizado no parque linear Otávio de Melo Dantas



Fonte: Acervo Pessoal

Pelo seu caráter residencial o bairro não possui muito movimento de carros nas suas ruas internas, também é possível observar um número pequeno de pedestres nas ruas, além de uma infraestrutura de calçadas e ruas em situações inadequadas. O fato de as ruas não serem movimentadas pode gerar um desconforto com relação ao sentimento de segurança que o espaço oferece ao transeunte.

Figura 17 – Calçadas estreitas e em má situação para uso



Fonte: Acervo Pessoal

De uma forma geral, é possível afirmar que, a área passa uma sensação de nostalgia quanto ao convívio social de rua quase inexistente dentro da cidade contemporânea e seus muros.

Também é preciso registrar a presença de duas escolas na região: Escola Particular Universidade do Saber (ensino infantil e fundamental) e Escola Estadual Monteiro Lobato (ensino fundamental).

Figura 18 – Universidade do Saber



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 19 – Escola Estadual Monteiro Lobato



Fonte: Google Earth, 2011.

Como visto anteriormente no item 3.2, o CNU prioriza a formação do espaço a partir da diversidade de uso e população, priorizando o equilíbrio entre as tipologias com o objetivo de reduzir a necessidade da mobilidade. Como afirma Macedo (2007), o Novo Urbanismo é compreendido como um movimento que expressa a vontade das pessoas de terem um ambiente melhor, uma vez que o CNU preconiza a gestão do espaço com a participação da comunidade. Dessa forma, a partir do primeiro olhar sobre o bairro, é possível perceber que por conta do seu caráter predominantemente residencial o bairro não se encaixa no princípio que determina a importância da diversidade de uso. Porém, é possível diagnosticar que alguns aspectos físicos do bairro estão de acordo com os princípios da Carta do Novo Urbanismo (1996).

Segundo o Princípio 10 (item 3.1.1), os bairros formam áreas identificadas que encorajam as pessoas a ter responsabilidade sobre sua manutenção e sua transformação. De acordo com a população local, os moradores são responsáveis pela manutenção das áreas verdes de pequeno porte presentes na região. Dessa forma é possível perceber o sentimento de pertencimento dos cidadãos e a responsabilidade quanto a elas.

De acordo com o Princípio 18 (item 3.1.1), os bairros devem ter diversidade de parques, desde as áreas para crianças e os pequenos espaços verdes das vilas residenciais até os campos de jogos. O bairro, como mencionado

acima, nesse mesmo item, possui várias áreas verdes e um parque linear margeado pelo rio Poxim. Esses espaços são utilizados pela população, durante o dia, com frequência. Quanto a segurança das ruas e praças, a sensação de perigo é constante no turno da noite.

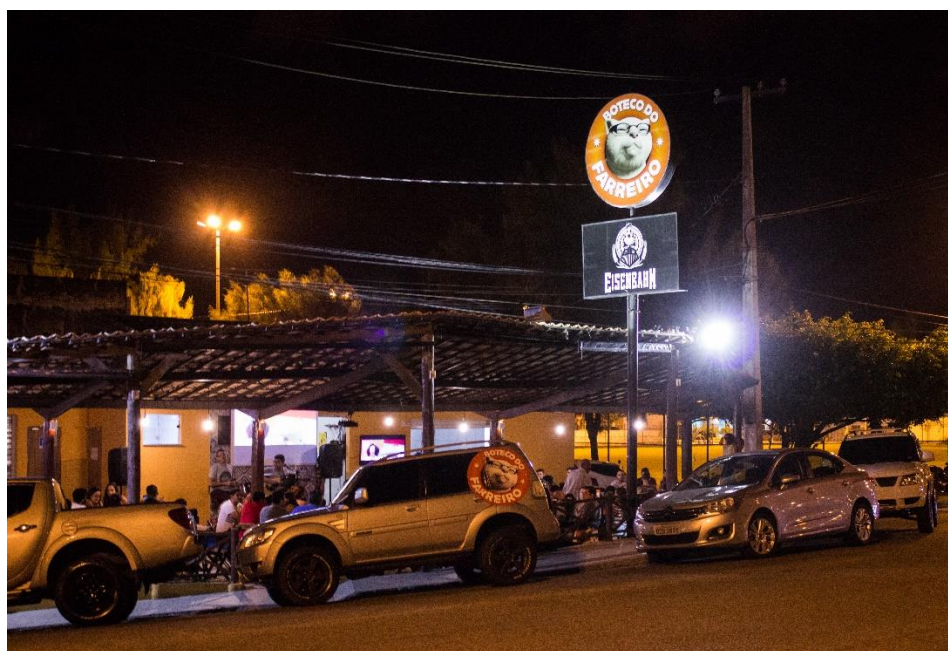
Dentro do contexto de Cidade Para Pessoas, o bairro apresenta ruas internas não asfaltadas o que ajuda no tráfego de velocidade reduzida, porém as calçadas são muito estreitas para serem convidativas para caminhar. Além disso os carros ficam estacionados, quase sempre, em cima das calçadas e, dos dois lados da rua o que dificulta mais ainda a passagem do pedestre. Quanto as praças e ao parque, durante o dia, mesmo não estando em condições perfeitas no que diz respeito a estrutura, são convidativos, bem arborizados e esteticamente agradáveis.

Quanto a escala das tipologias residências com no máximo dois pavimentos e, na maioria das vezes com grades no lugar de muros, faz com as pessoas se sintam mais seguras e possibilita a permeabilidade da visão. Mesmo o bairro sendo setorizado e com predominância residencial, a quantidade de áreas verdes faz com que ele seja propício as interações sociais entre os moradores locais.

4.5 Manifestação Noturna e Carnaval

A vida noturna do bairro corresponde aos bares, casas de shows e restaurantes que estão, na sua maioria, localizados da área da Avenida Tancredo Neves, mas existem alguns bares e restaurantes que se localizam um pouco mais no interior do bairro. Esses estabelecimentos criam um roteiro boêmio noturno, conferindo uma dinâmica urbana e padrões de uso e ocupação do solo diferentes do predominante. Como parte da metodologia para elaboração do presente trabalho, foram feitas visitas in loco e registro fotográficos dos bares existentes na área de estudo.

Figura 20 – Boteco do Farreiro



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 21 – Hamburgueria Tarja Preta



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 22 – Bar e Restaurante Jobim



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 23 – Bar e Restaurante Beach Stop



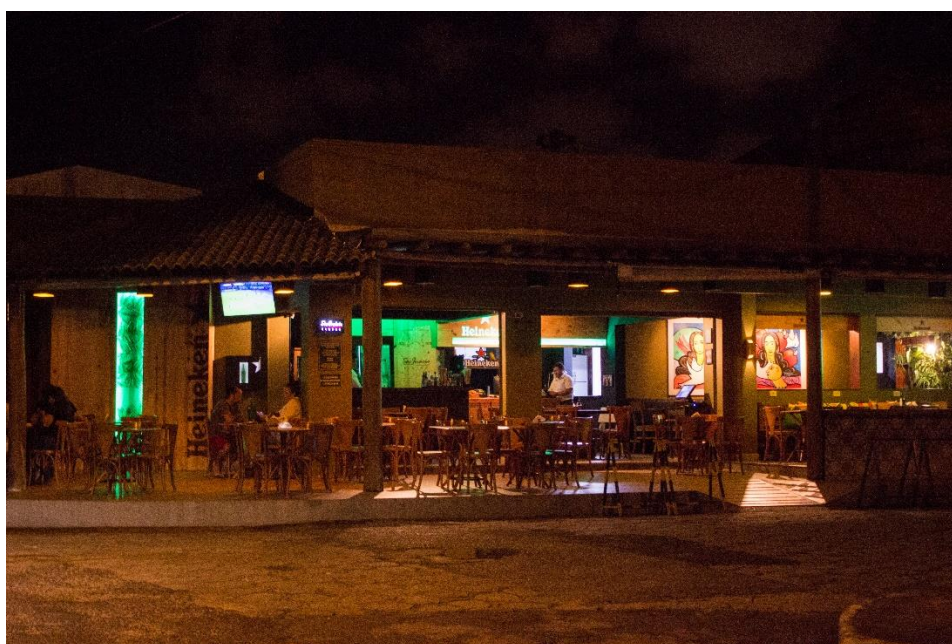
Fonte: Acervo Pessoal

Figura 24 – Pizzaria Manjerição



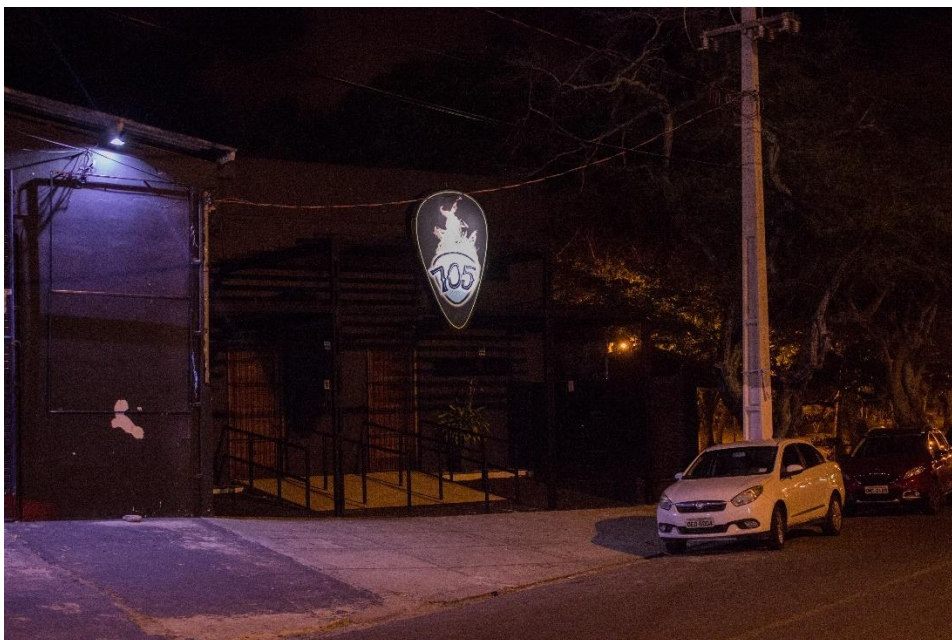
Fonte: Acervo Pessoal

Figura 25 – Bar e Restaurante Seo Inácio



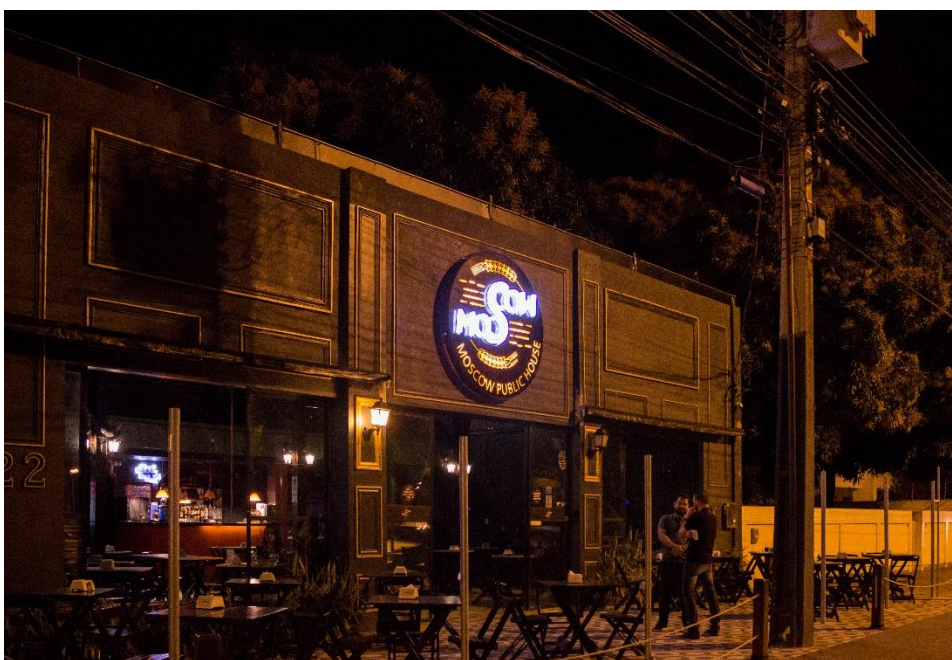
Fonte: Acervo Pessoal

Figura 26 – Casa de Show 705



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 27 – Bar Moscow



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 28 – Cervejaria Uçá



Fonte: Acervo Pessoal

Além disso, a partir do ano de 2017, o bairro começou a ser palco de um dos mais expressivos carnavais de rua da cidade de Aracaju, em julho desse ano (2018) o Projeto de Lei (PL) número 5.059 foi sancionado pelo Prefeito Edvaldo Nogueira, essa PL institui os blocos de carnavalescos BlocoMeu, Bloco do Inácio, Cajuranas e Black Bloco no calendário cultural e festivo da cidade.

Figura 29 – Carnaval no Bairro Inácio Barbosa, 2018.



Fonte: Disponível em: http://f5news.com.br/cultura/bloquinhos-do-inacio-passam-a-integrar-calendario-oficial-de-aracaju_48735/

Figura 30 – Carnaval no Bairro Inácio Barbosa, 2018.



Fonte: Disponível em <http://jlpolitica.com.br/noticias/capital/pl-e-aprovado-e-blocos-de-carnaval-sao-incluidos-no-calendario-festivo>

Figura 31 – Carnaval no Bairro Inácio Barbosa, Bloco + Tretas – Tretas.



Fonte: Acervo de Juliana Teixeira

4.6 Percepções

Apresenta-se a seguir as percepções dos habitantes da cidade de Aracaju, não moradores do bairro, mas visitantes do Inácio Barbosa. São percepções transcritas a partir de entrevistas realizadas dia 13 de agosto de 2018.

Visitante 1: Moradora da cidade de Aracaju, afirma que percebe o bairro como um “bairro de memória afetiva” e representativo dentro da malha urbana da cidade, mas observa que o bairro é carente de infraestrutura já que as ruas são muito estreitas o que deixando o espaço de circulação é comprometido nesse aspecto e, por essa questão, mantém a opinião que o bairro não comporta um evento nas proporções do carnaval. Como possui parentes que moram na região, relata que teve muita dificuldade para conseguir ter acesso a casa dos familiares durante o carnaval e, também chama atenção que por essa característica de ruas estreitas, não existia uma saída de emergência, inclusive ocorreu casos onde ambulâncias não puderam passar para socorrer pessoas que precisavam de assistência. Quanto aos bares, por serem na região limite do bairro, funciona bem e de forma agradável.

Observa que o bairro é predominantemente residencial, sem pontos comerciais para fazer compras rápidas e por isso é preciso ir até o Conjunto Jardim Esperança. Quanto segurança acha que o bairro não oferece segurança mesmo com as presenças dos bares, relata, inclusive, assaltos que ocorreram nos bares da região.

Visitante 2: Como profissional da música relata que sua relação com o bairro é construída a partir da vida noturna por conta da sua profissão. Frequenta os bares desde 2013 e já tocou em alguns dos bares da região e, o outro momento que o levou a frequentar o bairro foi no carnaval. Sua percepção do bairro é que é um local de fácil e, percebe que apesar do número de bares é um bairro bastante residencial. Quanto à segurança pública, afirma que essa poderia ser mais atuante pois não se sente seguro quando frequenta o bairro. Sobre o carnaval, acha que o carnaval do Inácio marcou o carnaval de rua de Aracaju dos últimos anos.

Visitante 3: Percebe o bairro como uma área de lazer noturno, mas também um bairro com “cara de bairro” e se considera um apaixonado pelas casas

residenciais do bairro. Sua frequência ao local se dá principalmente por conta dos bares e eventos pontuais como o carnaval. Acha que se os espaços públicos fossem incentivados a usar os espaços abertos, talvez a vivência do bairro poderia ser melhorada. Em termos de segurança tem a sensação de que é um bairro não oferece muita segurança principalmente durante a noite. Sobre a malha viária afirma que com a reforma das ruas e a implementação do mergulhão (Viaduto Manoel Celestino Chagas) o acesso ao Inácio ficou mais fácil.

Visitante 4: Sobre a parte residencial, percebe como um bairro familiar, tranquilo, com um contato com a natureza maior do que em outros bairros, acolhedor, mas que não passa muita segurança, principalmente à noite. Na parte dos bares, apesar do movimento, também tem uma atmosfera tranquila e boa, mas, por mais que tenha gente nesses momentos, não passa a sensação de segurança. Afirma que o bairro representa um refúgio bonito em relação ao contato com a natureza, é um bairro diferente com potencial de ser um bairro "vivo" em matéria de movimentação de pessoas que não seja pontual nos bares. O usa o bairro por conta dos bares, durante a noite, mas gostaria de conhecer melhor o espaço arborizado durante o dia, se tivesse algo convidativo a uma pessoa que não mora lá.

Sobre os bares acha importante a existência deles pra movimentação do espaço. Mas alguns são um tanto elitizados para a cidade, mas conseguem, de alguma forma acompanhar a atmosfera do bairro. Sugere como alternativa para deixar o bairro mais vivo mais iluminação, mais policiamento nas ruas internas e explorar mais os espaços públicos, as ruas, as praças, e não só os espaços privados dos bares.

Visitante 5: Considera o Bairro Boêmio pela quantidade de bares, um bairro arborizado e tranquilo diferente para os padrões da cidade. Não frequenta além da vida noturna ou festas e, quanto ao carnaval acha que foi um evento bagunçado, lotado e com estrutura que deixou muito a desejar. Além de que tem a impressão de ser invasivo para os moradores por ser um bairro que aparentemente possui um grande número de moradores idosos.

Apresenta-se a seguir a percepção do presidente da Associação dos Moradores do Bairro Inácio Barbosa. É a percepção transcrita a partir de entrevistas realizadas 22 de agosto de 2018.

Em entrevista o presidente dos moradores do Bairro Inácio Barbosa revelou que os moradores da região não são os frequentadores dos bares e empreendimentos gastronômicos. Sobre os bares e o interesse da Prefeitura Municipal de Aracaju (PDDU) em transformar parte do bairro em AIU, o presidente afirma que “não são para os moradores, os bares são para as pessoas que vem de fora e não possuem a presença dos moradores locais”. Diz ainda que não sente, por parte da população, que os estabelecimentos causem incômodos, essa não é uma reclamação recorrente. Deixa claro que os estabelecimentos não possuem frequência dos moradores e que não fazem parte da vivência cotidiana da grande maioria dos moradores. Inclusive os donos dos bares não são moradores. Afirma também que a presença dos bares não melhorou em nada a segurança do bairro, as ruas continuam desertas e sem policiamento.

“O bairro que se torna grande em época de festividade” afirma ele sobre as manifestações carnavalescas dos anos de 2017 e 2018. Segundo o presidente a opinião geral dos moradores é que o evento causa transtornos e quanto aos suportes por parte da prefeitura, deixam a desejar. Quanto a questão de saneamento, por exemplo, afirma que a quantidade de banheiros químicos não foi suficiente para o porte da festa.

Sobre o carnaval, afirma ainda, que é expressivo o número de moradores que não são a favor na realização do evento na área principalmente pelo fato da maioria dos moradores da região serem idosos. Além disso diz que o conjunto não está preparado para receber um evento de tamanho porte. “Foram muitos blocos, que não eram blocos de carnaval e sim paredões”. A festa causou transtorno para os moradores saírem de casa pois as ruas são muito estreitas, relatou a situação de um morador que precisou de atendimento médico e não teve como ser socorrido em casa ou usar veículo próprio para chegar ao hospital.

“O carnaval deveria ser planejado em um local que pudesse atender a demanda de pessoas” diz o presidente da associação. Diz ainda que os moradores

não possuem ligação com a organização do carnaval, inclusive, existe um abaixo assinado na tentativa de cancelar a PL (citada no item 4.5) que garante o carnaval no Inácio no calendário festivo e cultural de Aracaju. Diz também que existe sim os moradores que são a favor da festa, porém não são a maioria.

Quando questionado sobre o fato do carnaval do Inácio ser considerado tradição conta que a muitos anos atrás existiu uma bandinha formada apenas por moradores do bairro, mas que a cerca de oito anos esse carnaval não existe mais. Diz que em 2016 existiu o bloco da Odonto Fantasy (festa privada), mas que também que os moradores não faziam parte do bairro. A “tradição” fica por conta dos bares e empreendimentos com apoio do poder público.

Apresenta-se a seguir a percepção do representante dos bares do Bairro Inácio Barbosa. É a percepção transcrita a partir de entrevistas realizadas 22 de agosto de 2018.

Em entrevista com representante dos bares é possível perceber discursos bem diferentes quanto a manifestação do carnaval no bairro. O representante dos bares afirma que para eles foi uma surpresa a proporção da festa: “Foi inovador e nós não pensamos que fosse atingir proporções tão grandes.” Segundo ele, os moradores interagem e querem fazer parte da festa, estar por dentro de todo envolvimento do evento, desde a decoração do bairro até últimos detalhes da festa.

A tradição do carnaval do Bairro Inácio Barbosa teve início em 2015 com o “Bloquinho da Odonto” (festa privada) e, em 2018 os empresários dos bares e restaurantes e um vereador criaram a Associação dos Blocos do Inácio Barbosa. O representante dos bares afirma ainda que justamente pelo interesse e envolvimento dos moradores em fazer parte do carnaval surgiu a vontade de, em 2018, realizar uma festa maior. Afirma ainda que foi um trabalho em conjunto com a Associações dos moradores.

Sobre o bairro, fala sobre as potencialidades do bairro quanto ao seu caráter diferenciado e agradável e, considera o bairro mais calmo da cidade.

4.6 Análise Quanto ao Atual Planejamento no Bairro

O espaço urbano, da área de estudo localizada no Bairro Inácio Barbosa, carrega as marcas do urbanismo modernista que o produziu anteriormente. Desse modo, é possível perceber que este espaço é formado pela setorização de uso predominantemente residencial. Porém, também é notável a presença do urbanismo neoliberal representado pela presença dos estabelecimentos comerciais que não só se distinguem pelo caráter das edificações e uso predominante como também não se comunicam e interagem entre si.

Frente a identificação desse novo parâmetro urbano na configuração do uso e ocupação do solo no bairro Inácio Barbosa, a proposta do PDDU e as manifestações festivas do carnaval de rua. Esse item possui o objetivo de analisar essas intervenções urbanas na perspectiva do urbanismo na contemporaneidade e por último verificar o potencial urbanístico do bairro Inácio quanto as novas vertentes do urbanismo contemporâneo aliado ao planejamento e gestão urbana.

O Novo Urbanismo tem como abordagem promover o conceito de bairros de uso misto e autossuficiente, ruas caminháveis, áreas verdes e o exercício da vitalidade urbana. A partir do levantamento sobre a área de estudo e, depois de conhecida as percepções da população através das entrevistas realizadas com moradores, visitantes, presidente da associação dos moradores e representante dos bares, fez-se uma análise sobre os atuais acontecimentos urbanos da área de estudo. Segundo o Novo Urbanismo, a área de estudo (compreendida pela área delimitada pelo PDDU proposta como AIU), não se relaciona, em seu cotidiano, com as tipologias de empreendimentos: bares, restaurantes e casas de shows, essas integram a paisagem urbana e, viabilizam a permanência de consumidores e turistas na localidade sendo sem dúvida espaços de lazer urbano para a cidade de Aracaju, mas não para a comunidade local. Como afirma o presidente da Associação dos Moradores, os estabelecimentos comerciais gastronômicos e casas noturnas não possuem uma vivência representativa por parte da população.

Dessa forma, é possível perceber, que o atual planejamento e gestão urbana possuem uma postura neoliberal, uma vez que os negócios urbanos estimulados pelo PDDU priorizam empreendimentos comerciais que excluem a própria população local.

No que diz respeito à Cidade para Pessoas de Jan Gehl, se analisarmos de acordo com os critérios para avaliar a qualidade de uma cidade quando considerada ao nível da rua:

Mesmo com o número expressivo de bares na região, no período da noite, foi diagnosticado, através de entrevistas e percepção pessoal através de visitas ao local, a falta de proteção contra crime e violência urbana da região e, também a falta de iluminação em toda a área. Não só os visitantes como também os moradores do bairro não se sentem seguros para percorrer caminhos a pé com segurança. O bairro, mesmo na região dos bares, não possui ruas em boas condições para caminhar, em sua grande maioria, calçadas muito estreitas que competem com os carros estacionados e, ruas não asfaltadas o que dificulta a acessibilidade.

Logo, é possível perceber que a área de interesse urbanístico, não traz aos moradores da região nenhum tipo de benefícios, dentro das perspectivas do urbanismo contemporâneo, fica claro perceber que a atual planejamento e gestão urbana não possui interesse nas necessidades da população local e, que a zona só prioriza os empreendedores, sendo dessa forma, fruto do urbanismo neoliberal.

Quanto as manifestações carnavalescas, é possível perceber o conflito de interesses entre os moradores e os representantes dos bares, uma vez que, cada um possuem um ponto de vista diferente sobre as manifestações do carnaval no Bairro. A PL foi aprovada com a justificativa de manter a tradição do carnaval do bairro, dessa forma, entende-se que seria uma manifestação de raízes populares, mas é percebido que a tradição começou a partir de empreendedores e eventos privados com apoio de políticos locais.

Dessa forma, depreende-se do exposto que o Carnaval do Inácio Barbosa analisado à luz do Urbanismo Tático, concebido enquanto abordagem comprometida em reativar experiencias sociais nos espaços públicos, não atende às proposições básicas desse modo de intervenção urbana. É importante destacar que o carnaval não tem o intuito de reapropriação do espaço, mas sim de atender aos interesses dos empreendedores e políticos locais, promovendo muito mais uma intervenção estratégica de cunho cultural apenas com o objetivo de favorecer a lógica neoliberal, do que uma ação de caráter tática.

O carnaval de rua do Inácio, na verdade, é uma estratégia relacionada “a cidade do espetáculo” e o urbanismo neoliberal que beneficiam empreendedores da área gastronômica e dinamiza o setor imobiliário. Essas intervenções acabam por promover a segregação socioespacial promovidas por iniciativas estratégicas, que têm o objetivo a transformação dos espaços em novas centralidades econômicas apoiadas na cultura e no lazer. Entretanto o fator cultural, tantos dos bares quanto do carnaval serve apenas à lógica de mercado. Segundo Harvey (1992), há a substituição pós-moderna do espetáculo como forma de resistência ou de festa popular revolucionária pelo espetáculo como forma de controle social.

Destaca-se, ainda, os efeitos negativos que acompanham as estratégias de gentrificação dos espaços que, segundo as pesquisas, produzem mais transtornos ao ambiente urbano familiar do que ganhos, já que a população local não frequenta os bares nem o carnaval de rua. É relevante ainda ressaltar que tais transformações no uso e ocupação do bairro não são seguidas por investimentos públicos capazes de dar suporte às transformações, nem existe uma preocupação de controle social da nova ocupação na perspectiva de garantir qualidade de vida aos moradores locais. Portanto, a flexibilização dos espaços públicos, sua destinação para as pessoas e a adoção de estratégias de efeito de curto prazo propostas pelo urbanismo contemporâneo, quando aplicadas ao Bairro Inácio Barbosa se mostram como um urbanismo pouco comprometido com o desenvolvimento local equilibrado e justo.



CONCLUSÃO

CAPÍTULO 5

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho é um estudo à cerca da vida urbana contemporânea, do esgotamento do desenho urbano modernista e o urbanismo na atualidade. Tendo como referência os princípios do Novo Urbanismo, Cidade para Pessoas e Urbanismo Tático, analisados como uma possibilidade de alcançar uma cidade mais equilibrada e justa, a partir das análises realizadas sobre o Bairro Inácio Barbosa. Nesse sentido, se colocaram as seguintes questões: seriam essas novas vertentes do urbanismo contemporâneo uma alternativa para o planejamento e para a gestão urbana? Qual a contribuição para a consolidação do Direito à Cidade em um momento de crise urbana?

Na tentativa de responder as questões colocadas acima, ressalta-se que as transformações recentes no Bairro Inácio Barbosa relacionadas com a instalação de bares, casas noturnas e a realização do carnaval de rua, de acordo com os estudos realizados, revelam-se como estratégias econômicas empreendedoras que se utilizaram da ambiência bucólica, familiar, acolhedora e tranquila que possui o bairro para exploração das atividades gastronômicas, de entretenimento e culturais.

Essas estratégias econômicas que invadiram o Bairro Inácio Barbosa apontam para a gentrificação do bairro e conseqüentemente para a expulsão da população local por meio da valorização da terra urbana e pressão das imobiliárias. São ações que acabam por promover a especulação, o adensando e a verticalizando o bairro, destruindo, as características iniciais que atraíram as estratégias empreendedoras.

As novas propostas urbanísticas, procurando superar os princípios modernistas, colocam como condição do sucesso das cidades a forma como os edifícios se relacionam com o solo, como se conectam entre si, como os espaços públicos se organizam para atender as pessoas. A vida que se desenvolve entre os edifícios é mais importante do que os próprios edifícios.

Assim, trazer as pessoas para a rua e mantê-las em espaços adequados e de qualidade, é o grande objetivo das novas propostas. Essas propostas, entretanto, não estabelecem mecanismos de controle social para que os benefícios, as oportunidades e os ganhos decorrentes sejam apropriados pela população local.

Nesse sentido, o que se percebe é que os princípios do Novo Urbanismo, Cidade para Pessoas e Urbanismo Tático analisados não abordam com profundidade a complexidade urbana no contexto de crise, não discutindo a dinâmica imobiliária, a exclusão social e o direito à cidade. O Novo Urbanismo, parece se apresentar como mecanismo de flexibilização da cidade engessada modernista, criando oportunidades para a reprodução ampliada do capitalismo neoliberal e financeiro em curso em todo o mundo. Fica evidente que não dá conta dos efeitos perversos decorrentes da expansão e empreendedora dos investimentos econômicos urbanos.

Por outro lado, os princípios do urbanismo Cidade para as Pessoas são extremamente relevantes e necessários. Entretanto, são princípios que se esbarram nos limites políticos de seu próprio conteúdo, ou seja, na verdade quando adotados são apropriados indiretamente pelos investimentos imobiliários e pelo empreendedorismo urbano, sem que a população local possa usufruir de suas iniciativas.

Já, o urbanismo Tático é uma importante ferramenta urbanística quando adotado de forma crítica, tendo como norte o ativismo social e a resistência de longo prazo. Com certeza, pode se tornar em um meio de mobilização, discussão e organização política para enfrentamento da segregação socioespacial e os processos de gentrificação perversos.

As intervenções temporárias e facilmente executáveis, para demonstrar a capacidade de reapropriação do espaço urbano e a abordagem voluntária e gradual, orienta para instigar mudanças; a oferta de soluções locais para solucionar desafios de planejamento; o compromisso de curto prazo e expectativas realistas; as ações de baixo risco mas com possibilidades de altas recompensas; e o desenvolvimento de capital social e capacidade institucional entre cidadãos, instituições público-privadas sem fins lucrativos e seus componentes. Na verdade, se tornam o canto da sereia, na medida em que não se estabelece uma postura crítica e política, que impeça que o bônus seja apropriado pelo capital neoliberal enquanto ônus fica com a população local. Essa situação fica bastante clara na dinamização noturna e com o carnaval de que vem sendo realizado no Bairro Inácio Barbosa.

O Urbanismo tático quando aplicado como forma de protesto e ativismo social, se torna uma forma de denúncia social, ajudando a dar visibilidade aos problemas locais. Porém, é importante ressaltar, mais uma vez, que soluções efetivas requerem o desenvolvimento de políticas públicas urbanas duradouras, contemplando o direito à cidade. Enfim, a questão como as novas propostas urbanísticas podem se encaixar para cooperar com a produção de um espaço urbano mais equilibrado e justo, pode ser respondida na escala do Bairro Inácio Barbosa, entendendo que para que se tornem de fato equilibradas e justas, é necessário criar uma ruptura na atual lógica de governança urbana, enfrentando as propostas de desenvolvimento da cidade neoliberal - a cidade do espetáculo, e associar a nova agenda urbana o ativismo social e a luta pela ampliação do direito à cidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALISDAIRI, L. K. A Cry and a Demand: Tactical Urbanism and the Right to the City. Master's thesis, University of Washington. 2014. Disponível em <<https://digital.lib.washington.edu/researchworks/handle/1773/26826>>

BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter and MAYER Margit. Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City. London; New York: Routledge. 2012.

BRENNER, Neil. Tactical urbanism: from civil disobedience to civic improvement. 2013.

BRENNER, Neil. Uneven Growth: Reflections on a curatorial process is "Tactical Urbanism" an alternative to Neoliberal Urbanism?, 2015. Disponível em <http://post.at.moma.org/content_items/587-is-tactical-urbanism-analternative-to-neoliberal-urbanism>

CARVALHO FARIAS, Ana Carolina. Taxonomia do Urbanismo Tático: Uma Proposta para Leitura, Compreensão e Articulação das Táticas Urbanas Emergentes, 2018.

CONGRESS OF THE NEW URBANISM. CBU History. Disponível em <<https://www.cnu.org/movement/cnu-history>>. Acessado em: 06 de junho, 2018.

CONGRESS OF THE NEW URBANISM. The Charter of the New Urbanism. Disponível em <https://www.cnu.org/sites/default/files/cnucharter_portuguese.pdf>. Acessado em: 06 de junho, 2018.

DEL RIO, Vicente. Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro: A Contribuição do Estudo da Percepção Ambiental. 1991. Acesso em: <http://digitalcommons.calpoly.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1050&context=crp_fac>

GADANHO, Pedro. Entrevista realizada pela arquiteta e pesquisadora Carol Farias em 02 de novembro de 2017. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/882682/urbanismo-tatico-utopias-e-curadoriaativista-uma-entrevista-com-pedro-gadanh>, acessado em 05 de junho de 2018.

GEHL, Jan. Cidade para Pessoas. 1ª ed. Washington: Island Press; 2010.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014

IBGE, Sinopse por setores. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>> Acesso em: 15 de agosto, 2018.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades / tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro ; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LÉFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEIS MUNICIPAIS. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br> > Acesso em: 17 de agosto, 2018.

LYNDON, Mike. Tactical Urbanism: A Look Back at 2012. 2012. Disponível em <<https://www.planetizen.com/node/59977>>. Acesso em :15 de junho, 2018.

MACEDO, Adilson Costa. A carta do novo urbanismo norte americano. Integração (São Paulo), v. 48, p. 11-21, 2007. Disponível em < <https://uspdigital.usp.br> >. Acesso em: 06 de junho, 2018.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do

pensamento único. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. S.Paulo: Expressão Popular, 2015.

PURCELL, Mark. Recapturing Democracy: Neoliberalization and the Struggle for Alternative Urban Futures. New York: Routledge. 2008. Disponível em <<https://woodsquat.files.wordpress.com/2010/01/mark-purcell-recapturing-democracy-2008.pdf>>

PREFEITURA DE ARACAJU, Plano diretor de desenvolvimento urbano de Aracaju - Diagnóstico Municipal ,2015. Disponível em: <<http://aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminiar-jul2015/CAPITULO-III-DINAMICA-URBANA.pdf>>

PFEIFER, Laura. The Planner`s Guide to Tactical Urbanism.Montreal, 2013.

SOUZA, Fernando; OLEIVEIRA, Carolina e SANTOS, Pedro. A experiência recente do urbanismo e suas perspectivas. Enanparq, Salvador. 2018.